



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

LUCAS TRUTA BARBOSA

**A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁXIS POLÍTICA E O AUTORITARISMO:
ATUAÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR
DA PARAÍBA (CEPLAR) ENTRE 1961 E 1964**

**CAMPINA GRANDE
2023**

LUCAS TRUTA BARBOSA

**A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁXIS POLÍTICA E O AUTORITARISMO:
ATUAÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR
DA PARAÍBA (CEPLAR) ENTRE 1961 E 1964**

Trabalho de conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Licenciado em História.

Área de concentração: História Política.

Orientador: Ms. Gilbergues Santos Soares

**CAMPINA GRANDE
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B238e Barbosa, Lucas Truta.

A educação popular como práxis política e o autoritarismo [manuscrito] : atuação e desestruturação da campanha de educação popular da Paraíba (CEPLAR) entre 1961 e 1964 / Lucas Truta Barbosa. - 2023.

56 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Prof. Me. Gilbergues Santos Soares, Coordenação do Curso de História - CEDUC. "

1. História política. 2. Movimentos sociais. 3. Educação popular. 4. Ditadura militar. I. Título

21. ed. CDD 370.115

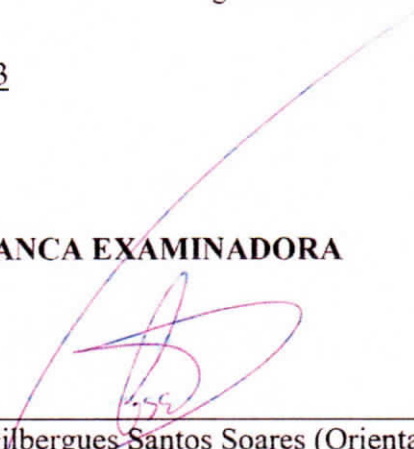
LUCAS TRUTA BARBOSA

A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁXIS POLÍTICA E O AUTORITARISMO:
ATUAÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR DA
PARAÍBA (CEPLAR) ENTRE 1961 E 1964

Trabalho de conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em
História, da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
graduado em Licenciado em História.

Aprovado em: 30 \ maio \ 2023

BANCA EXAMINADORA


Prof. Ms. Gilbergues Santos Soares (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente

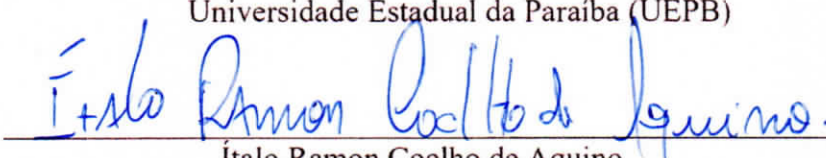


PATRICIA CRISTINA DE ARAGAO

Data: 29/06/2023 21:35:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr^a Patrícia Cristina Aragão
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Ítalo Ramon Coelho de Aquino

Doutorando - Programa de Pós Graduação em História (UERJ)

Dedico essa pesquisa a todos (as) os/as
sonhadores (as) do povo brasileiro. Toda
coragem para lutar por um projeto popular
para o Brasil!

“A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será” Eduardo Galeano

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - segunda página da resolução do II Congresso Nacional De Educação De Adultos de 1958.	19
Imagem 2 - Na imagem Paulo Freire (em pé), João Goulart, Miguel Arraes (à sua esquerda) e outros políticos nordestinos.....	22
Imagem 3 - Cartilha do Curso CEPLAR – CG (1963).....	33
Imagem 4 - Coluna da União 03/04/1964	38
Imagem 5 - Cartilhas da Cruzada ABC.....	43
Imagem 6 - Cartilhas da Cruzada ABC.....	43
Imagem 7 - Cartilha de orientação para professores (as) da Cruzada ABC ...	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página 5 do livro "Força e Trabalho"	29
Figura 2 - Capa do livro "Força e trabalho"	29
Figura 3 - Gravura com o Auto de qualificação e interrogatório.	41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEAA	Campanha de Educação de Adolescente e Adultos
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEA	Campanha Nacional do Analfabetismo
CPC	Centro Popular de Cultura
IPM	Inquérito Policial Militar
JUC	Juventude Universitária Católica
LDBEN	Leis Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SIREPA	Sistema Rádio Educativo da Paraíba
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: PANORAMA DA EDUCAÇÃO ANOS 1960	15
2.1. Educação como disputa entre o ensino privado e o ensino público.....	16
2.2. Revolução nas urnas e na educação: alfabetização como ato político..	17
2.3. A Paraíba no cenário da alfabetização: lutas e golpes	23
3. CEPLAR: QUANDO A ALFABETIZAÇÃO É VISTA COMO SUBVERSIVA	25
3.1. Origens, primeira iniciativa e organização	25
3.2. Método Paulo Freire	27
3.3. Expansão da CEPLAR.....	30
3.4. CEPLAR em Campina Grande	32
3.5. Política cultural da CEPLAR	34
3.6. CEPLAR e as Ligas Camponesas	36
4. “A CEPLAR É DE MOSCOU” E É VISTA COMO INIMIGA: AUTORITARISMO CONTRA A EDUCAÇÃO	37
4.1. Discurso anticomunista nos jornais contra a CEPLAR	37
4.2. O combate da CEPLAR na via institucional: entre leis e prisões	39
4.3. Cruzada ABC: a oposição a metodologia freireana	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	46

A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁXIS POLÍTICA E O AUTORITARISMO: ATUAÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO DA CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR DA PARAÍBA (CEPLAR) ENTRE 1961 E 1964

Lucas Truta Barbosa¹

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo principal discutir como a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR) desenvolveu sua prática político-educativa e quais foram suas implicações para o contexto sociopolítico compreendido entre 1960 e 1964. A CEPLAR contemplou um conjunto de ações no campo da Educação Popular que buscava construir uma rede de alfabetização nas comunidades da Paraíba, esta rede de ações foi importante na pauta do movimento por uma proposta de uma pedagogia freireana, cujos obstáculos foram sentidos após o golpe civil militar de 1964 diante do contexto antidemocrático que se apresentava na realidade brasileira. Visto isso, destacamos enquanto objetivos específicos: 1) contextualizar o início da década de 1960, com a ascensão dos movimentos populares que pautaram a educação popular como práxis política; 2) encaixar a CEPLAR dentro do cenário político, versando sobre sua prática educativa, expansão e cultura popular e por fim, 3) discorrer sobre a mobilização da burguesia para desestruturação da entidade. Do ponto de vista teórico, utilizamos o materialismo histórico dentro da historiografia, a partir do ideário de Thompson (1981). Empregamos as categorias de análise, de Estado Ampliado, Intelectual Orgânico e Crise de Hegemonia de Gramsci (1999, 2001 e 2006). Assim como, Conscientização e Práxis Política da Educação Popular referenciadas nas discussões de Freire (1987, 1995, 1979, 1967 1963 e 1980). Do ponto de vista metodológico, esse estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, cujos procedimentos metodológicos pautam-se na análise documental. Ao longo da pesquisa, foi possível compreender que o momento histórico de ascensão dos movimentos populares se encaixa em um período de disputa de projetos políticos dentro do campo educacional. Ademais, este estudo nos aponta para a importância dos movimentos sociais contribuindo para a história política e educacional brasileira, na transformação social, na formação política e construção de um pensamento crítico contra hegemônico frente aos períodos antidemocráticos, reafirmando o lugar, papel e dimensão educativa das organizações populares e suas ações pedagógicas e bandeiras de luta.

Palavras-chaves: História Política. Movimentos Sociais. Educação Popular. Ditadura Militar

ABSTRACT

This research aims to discuss how the Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR) developed its political-educational practice and what were its implications for the sociopolitical context between 1960 and 1964. CEPLAR contemplated a set of actions in the field of Popular Education that sought to build a literacy network in the communities of Paraíba; them network of actions was important in the movement's agenda for a Freirean pedagogy proposal, whose obstacles were felt after the civil

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba

military coup of 1964 in face of the anti-democratic context that presented itself in the Brazilian reality. With that in mind, we highlight the following specific objectives: 1) contextualize the beginning of the 1960's, with the rise of popular movements that guided popular education as a political praxis; 2) to fit CEPLAR into the political scenario, talking about its educational practice, expansion and popular culture and, finally, 3) to discuss the mobilization of the bourgeoisie to dismantle the entity. From the theoretical point of view, we used the historical materialism within historiography, based on Thompson's ideology (1981). We employed the analysis categories of Extended State, Organic Intellectual and Crisis of Hegemony of Gramsci (1999, 2001 and 2006). As well as, Conscientization and Political Praxis of Popular Education referenced in Freire's discussions (1987, 1995, 1979, 1967 1963 and 1980). From the methodological point of view, this study is characterized as a bibliographical research, whose methodological procedures are based on document analysis. Throughout the research, it was possible to understand that the historical moment of the rise of popular movements fits in a period of dispute of political projects within the educational field. Furthermore, this study points us to the importance of social movements contributing to the Brazilian political and educational history, in social transformation, in political education and in the construction of a counter-hegemonic critical thought in face of antidemocratic periods, reaffirming the place, role and educational dimension of popular organizations and their pedagogical actions and struggle goals.

1. INTRODUÇÃO

O sociólogo Darcy Ribeiro (1977)² versa que a crise na educação na verdade, constitui um projeto político de interesse da classe dominante. É nessa perspectiva que guiamos esse trabalho. Semeraro (1994) enquadra a década de 1960 enquanto um período de disputa política- ideológica e de como os movimentos populares se levantaram em torno de um projeto democrático e popular, fazendo oposição ao sistema capitalista desenvolvimentista. Esse contexto se une em nível internacional, com o sonho do socialismo real é concretizado com a URSS, mas em inspiração também, com as revoluções da América Latina, especialmente a Revolução Cubana, que foi conquistada a partir do processo de alfabetização. Nesse cenário, a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), se apresenta como nosso objeto de estudo, pois reuniu militantes organizados, professores, estudantes e camponeses com o objetivo de conscientizar o povo a partir do método freireano de Educação Popular (EP).

Os anos de 1960, no contexto brasileiro, é marcado pela ascensão de Jânio Quadros à Presidência da República (em janeiro de 1961) e, após sua renúncia, assume a presidência João Goulart. Esse último, adota como discurso às reformas educacionais, fiscais, agrária e trabalhistas, o que gera uma mobilização da burguesia nacional. No âmbito educacional, os educadores buscavam um processo de conscientização a partir da alfabetização utilizando-se do método de freireano, sobretudo, no Nordeste brasileiro. Esse método baseia-se no processo de emancipação humana, onde o indivíduo se libertava dos vícios capitalistas e, no processo organizativo, caminhava para uma nova sociedade. Lessa e Tonet (2008) assinalam que os contrassensos do sistema capitalista revelariam ao povo que a revolução se tornava uma necessidade histórica. Ao manifestar as incoerências do

² Darcy Ribeiro preferiu a frase "A crise na educação no Brasil não é uma crise, é um projeto" em um Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em São Paulo (1977).

latifúndio, da fome, da política etc., no processo educativo, o povo busca sua emancipação em torno de um novo projeto.

Nesse sentido, o interesse no tema surge na produção de um artigo durante minha graduação em história no componente curricular de História do Brasil III, cujo título era “Estudante e o despertar militante: o movimento estudantil em Campina Grande (1964-1968)”, durante a pesquisa, me deparei com a CEPLAR e me indaguei: por que um movimento que buscou alfabetizar o povo brasileiro é visto como subversivo? Esse questionamento se intercrucza com minha atuação no movimento estudantil ao assistir o Brasil passando por um golpe em 2016 e a ascensão do fascismo na sociedade brasileira. Com tantos ataques aos movimentos sociais, questionei mais ainda de como a burguesia se mobiliza para destituir os movimentos sociais que pautam por um projeto democrático e popular. A partir disso, destacamos enquanto objetivo principal da presente pesquisa refletir do porquê a CEPLAR foi vista como subversiva e quais aparatos utilizados pela burguesia. Como objetivos específicos buscamos: contextualizar o objeto da pesquisa no seu momento histórico, discutir a práxis política da CEPLAR e sua aproximação com a metodologia teórica de Paulo Freire. E, não menos importante, analisar quais são os setores da sociedade civil que atuaram em prol de uma sociedade política em nome da instauração de um Estado militar e apontar suas táticas políticas para tal finalidade.

Para trabalhar sobre a CEPLAR, utilizamos duas importantes obras sobre o tema: “CEPLAR: história de um sonho coletivo” de Dorinha de Oliveira Porto e Iveline Lucena da Costa Lage, publicado pelo Conselho Estadual de Educação, em 1995, e “A educação popular nos tempos da ditadura: o método Paulo Freire, a justiça fardada e a reação conservadoras” do professor Afonso Celso Scocuglia, publicado pela Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB). Além dessas obras, tivemos acesso as teses “Quando a educação é tomada como ‘ato subversivo’: a Campanha de Educação Popular - CEPLAR e as Ligas Camponesas na Paraíba”, de Kelyana da Silva Lustosa, do Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e “Vozes de uma história interdita: A educação popular e os direitos humanos na práxis da CEPLAR 1960-1964”, de David Glasiel Azevedo Marinho, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).³

Tendo como objeto deste estudo, a Campanha da Educação Popular da Paraíba - CEPLAR. Netto (2011) destaca que um objeto de pesquisa deve ser compreendido dentro de uma verdade, que aqui seria uma instância de prática social e histórica que nos permite uma capacidade “profética”. Essas projeções não estão no campo determinista, mas sim, na capacidade de inserir o objeto dentro de uma tendência histórica, já determinada pois, a história das sociedades é marcada pela luta de classes, como afirmaram Marx e Engels (2018). Desta forma, o viés teórico adotado neste trabalho ancora-se no método do materialismo histórico e no processo de análise e compreensão para tratar da na problemática acerca da CEPLAR, considerando que é a partir disso que poderemos perceber as transformações dinâmicas da história e da sociedade, vendo-as em sua totalidade, além de situar enquanto processo histórico.

Dentro dos movimentos de educação, o método freireano se torna imprescindível para a compreensão da disputa ideológica que levaria a um novo projeto educacional. Nessa senda, Frigotto (1991) afirma que:

³ Os arquivos foram disponibilizados virtualmente pelo Fórum EJA. Disponível em: <http://forumeja.org.br/Acesso>

As ideias das classes dominantes, em todas as épocas, são as ideias dominantes: i.e., a classe que é força material governante da sociedade é ao mesmo tempo sua força governante intelectual. A classe que tem a disposição os meios de produção material controla concomitantemente os meios de produção intelectual, de sorte que, por essa razão, geralmente as ideias daqueles que carecem desses meios ficam subordinadas a ela. (MARX e ENGELS, 1986 apud FRIGOTTO, 1991, p. 41).

No campo da produção historiográfica, vale refletir sobre o papel da história política. René Rémond (2003), historiador francês, afirma que o avanço da História Política se entrelaça com o avanço da participação popular e da democracia, indo em desencontro com a História Política Tradicional, que buscava apenas a construção de uma nação para “uma identidade nacional”, valorizando grandes homens e fatos históricos. Capelato (1996) elenca a realidade da América Latina, onde a História Política buscava se aprofundar nas revoluções latino-americanas e nos estudos dos grupos minoritários.

De forma significativa, essas novas perspectivas sobre a construção historiográfica se encontram nas revisões de métodos utilizados pela Escola dos Annales. Nesse contexto de transformações, nos deparamos com a proposta de Edward Palmer Thompson (1981), que reflete a história dos trabalhadores comuns, aqueles que não foram convidados para a mesa da construção historiográfica. Logo, cabe a necessidade de construir a historiografia de agentes ativos no processo político paraibano, de sonhadores que buscam, através da educação popular, alfabetizar e politizar a sociedade.

Essa perspectiva metodológica também emerge um conceito fundamental para a investigação: a Educação Popular. O próprio conceito “popular” se vincula dentro da concepção do Campo Popular. De forma singular, Paludo (2015) conceitua como forças sociais e políticas contra hegemônicas que convergem suas visões de mundo para uma estratégia de transformação da realidade, sendo estas,

O “Movimento de Educação Popular” se fez no interior desse processo, na direção da construção de fazer do povo expressão política de si mesmo, por meio de organizações populares autônomas, imbuídas do desejo de construir o “poder popular”. Enquanto Movimento, a EP cumpriu um forte papel de ação cultural no interior do campo e para além dele, constituindo-se em mediação entre a realidade objetiva e o projeto de futuro em construção. Por meio dele, articulado aos processos de luta e resistência, ia-se recompondo a representação do real enquanto totalidade, superando a fragmentação, na direção de uma concepção “ético-política”. (PALUDO, 2015, p. 226)

É preciso notar que a historicidade é construída por vários fatores que levam a totalidade, porém Freire (1995) destaca a importância da educação como ferramenta de organização popular, o que acarreta escancarar as contradições também no campo cultural da política e economia. Essa ideia nos permite compreender a unidade dos militantes organizados, estudantes e professores, em torno de um projeto de transformação da educação para a sociedade paraibana. Retomando José Paulo Netto (2011), a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto.

Ao situarmos a interface do objeto de pesquisa com o contexto no qual emerge, encontramos os desafios dos movimentos populares na construção de uma prática educativa contra hegemônica, as consequências de suas práticas que a leva a curtos períodos democráticos e uma repressão ativa. Essa reflexão contribui ao pensarmos

o curto período de tempo que teve a CEPLAR (1961-1964) e que sua destituição foi atrelada ao processo de rompimento democrático, com a instauração de um Estado Militar, organizado pelas demandas internacionais do ideário anticomunista, com a Guerra Fria. Com isso, o Estado é preenchido pelas forças conservadoras nacionais que contaram com a articulação internacional para seu apoio civil.

Em Marx (1984), o Estado é visto como uma ferramenta de opressão da classe dominante. Já em Lenin (2017) se estabelece uma ditadura do proletariado quando a classe trabalhadora chega ao poder através de uma revolução socialista. Sendo assim, e de acordo com Coutinho (1988), a função do Estado seria de conservar e reproduzir tal divisão de classe. Mas, é Gramsci (1999) quem acrescenta a ideia de que o Estado adere à construção de um projeto político, ideológico e cultural, manifestado na forma de senso comum, que justifica o poder da classe dominante, mantendo, assim, a ordem hegemônica. Ao presenciar a participação política, a organização dos sindicatos e a formação do fascismo italiano, do qual é vítima, Gramsci consegue interpretar a totalidade do Estado. Seguindo esse fio, Gramsci (1999) assevera o “Estado Ampliado” com as divisões entre sociedade civil e sociedade política.

De acordo com Coutinho (1998), a teoria de Estado Ampliado de Gramsci divide a sociedade em dois aspectos: política e civil. A sociedade política é formada pelo Estado, sendo esse espaço utilizado pela classe dominante para expressar o Estado-coerção, ou seja, onde utilizam a violência e repressão como ferramentas de manutenção da ordem capitalista, é aqui onde está o domínio das vias institucionais. Enquanto a sociedade civil é formada precisamente pelo conjunto das elaborações/divulgação das ideologias, sendo expressas no sistema escolar, Igrejas, os partidos políticos etc., a propagação da ideia dominante na sociedade civil é o que mantém a ordem vigente na sociedade política. Com isso, encontramos a sociedade civil enquanto um espaço de disputa do ideário hegemônico e contra hegemônico, sendo a disputa de ideias e mentes fundamental para a conscientização em massa e o rompimento a ordem vigente.

Gramsci (1999) também aborda a ideia de que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, que nos permite ver o papel da educação e da cultura dentro de uma disputa dialética entre a instrumentalização da classe dominante para a manutenção da ordem capitalista e com o emancipatório e popular, partindo da ação política da classe dominada

Há outra dimensão reflexiva desse processo com a disputa de projetos políticos distintos dentro da sociedade civil, ao exigir uma nova estratégia política e metodológica de organizações populares. Sendo estes conhecidos como “intelectuais”. O termo costuma ser utilizado tanto dentro como fora do meio acadêmico para denominar aqueles de alta erudição pessoal, mas Gramsci (1999) o define como aquele que desempenha uma função social entre as classes sociais e o aparelho do Estado. Sendo assim, o intelectual orgânico seria responsável por educar (em um sentido popular) para consolidação de um projeto de interesse de sua própria classe. Porquanto, nos deparamos com a ação política de Paulo Freire, a qual podemos considerar um intelectual orgânico, pois assim o compreende como,

A consciência de ser parte de uma certa força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase para uma ulterior e progressiva autoconsciência, em que teoria e prática finalmente se unificam. Também a unidade da teoria e prática não é, portanto, um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentido de “distinção”, de “separação”, de independência, apenas instintivo, e progride

até à posse real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária. Eis porque é de aguardar como o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa um grande progresso filosófico além de político-prático, porque implica e supõe uma unidade intelectual e uma ética em conformidade com uma concepção do real que superou o senso comum e se tornou, embora entre limites ainda restritos, crítica. (GRAMSCI, 2006, v. 1, C. 11, § 12, p. 103-104).

Para Freire (1979), o processo de conscientização busca superar a ingenuidade e trazer a relação dialética entre indivíduo e a realidade social. Ele caracteriza a sociedade em três fases em relação com a consciência do povo: sociedade fechada (semi-intransitiva), em transição (transitiva ingênua) e por fim, sociedade aberta (transitiva crítica). A primeira fase ocorre em países dominados por outros países, onde existe uma nítida divisão entre as classes sociais. Nessa arena, existe um conformismo e passividade às explicações que são consensuados a partir da ordem hegemônica.

Um exemplo ilustrativo desse cenário se encontrava no Brasil com o processo desenvolvimentista em curso, onde a produção educacional e cultural servia unicamente a produção e ao mercado, até que esse modelo é questionado por movimentos populares em relação a sua reprodução social e a educação passa a ser utilizada enquanto forma de ação política por meio da conscientização.

Talvez fosse importante pensar que nas sociedades em transição encontra-se uma consciência transitiva ingênua já que, as massas já começam a sair da “bolha da dominação”. Apesar de Freire (1979) afirmar que não necessariamente é nessa fase que o indivíduo fica livre da “cultura do silêncio”, por outro lado, é nesse momento que as massas começam a se mobilizar. Podemos observar as mobilizações populares no início da década de 1960 a cultura e a política também passam a ser instrumentalizadas pelas classes populares.

É preciso notar também que os intelectuais orgânicos passam a ser constituídos e a querer disputar as ferramentas da sociedade civil em prol de um projeto contra hegemônico. Ocorre que há um acirramento dialético das classes sociais e são propícios a golpes, tal como ocorreu no Brasil em 1964. Já na sociedade aberta, baseada na consciência transitiva crítica, ocorre análise com mais profundidade da realidade, uma vez que as classes populares possuem mais controle de si mesmo e não ocorre disputa e sim diálogo. Desse modo, os processos de conscientização passam a ocorrer com mais facilidade.

Da mesma forma que há um momento de surpresa nas massas quando começam a ver o que antes não viam, há uma surpresa correspondente nas elites quando começam a sentir-se desmascaradas pelas massas. Esse duplo “desvelar-se” provoca inquietudes tanto nuns como noutros. As massas chegam a sentir-se desejosas de liberdade, desejosas de superar o silêncio no qual sempre haviam permanecido. As elites sentem-se desejosas de manter o “status quo” não permitindo senão transformações superficiais para impedir a mudança real em seu poder de dominar. (FREIRE, 1979, p. 69)

Pautado nos aportes teóricos, a presente pesquisa também utilizou de análise documental. De acordo com Oliveira (2007, p. 70): “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”. Portanto, o documento é um elemento de um processo histórico e ao ser analisado, precisa ser vestido de fundamentação teórica. Dentro desses materiais encontrados, destacamos os materiais internos: o Estatuto da CEPLAR e os materiais didáticos utilizados (em

sites); e os materiais externos: recortes do jornal a União e o Inquérito Policial Militar (IPM) encontrado no arquivo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba. Barcellar (2005, p. 48) aborda que os documentos históricos são insubstituíveis e para trabalhar necessita de uma vontade política pois requer instrumentos metodológicos para interpretações.

Abordado a análise bibliográfica e documental, esse trabalho é dividido em quatro capítulos. O primeiro, introdutório, busca-se abordar minimamente o objeto da pesquisa, assim como destacar seu propósito, dando ênfase aos aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa. O segundo capítulo, “Contextualização histórica: panorama da educação nos anos 1960”, traz o contexto dos anos antecedentes ao ano de 1964, onde discorreremos sobre as disputas dentro do campo da educação, entre o público e o privado. Por entender que foram nessas circunstâncias em que ocorreram as amplas mobilizações populares de educadores no início dos anos de 196, utilizamos o conceito de crise de hegemonia de Gramsci (2006), dado que a classe dominante que não tinha o consenso suficiente para manter sua ordem. Trabalhamos o contexto nacional até chegar na Paraíba, pois é nesse recorte temporal e espaço político e social o momento em que nasce a CEPLAR, e por isso mesmo, podemos compreender com mais acuidade o conceito de crise de hegemonia, quando da mudança de posicionamento do então ex-governador do Estado, Pedro Gondim.

O capítulo três, “CEPLAR: quando a alfabetização é vista como subversiva” trabalhamos a origem e formas de organização da CEPLAR, o método freireano, as consequências da sua expansão, sua atuação em Campina Grande, a política cultural e a aproximação com as Ligas Camponesas. Para a abordagem da CEPLAR, discutimos as obras de Porto e Lage (1995) e Scocuglia (2018), além do acesso ao estatuto e de materiais didáticos que nos auxiliaram na abordagem da prática teórica-metodológica. Neste capítulo é possível compreender como a ação política de conscientização proposta por Freire e ação cultural, que foram vistas como subversivas.

No capítulo quatro, “‘A CEPLAR é de Moscou’ e é vista como inimiga: autoritarismo contra a educação” abordamos o discurso anticomunista, o combate da CEPLAR em vias institucionais e a adoção de uma nova prática educativa, a ABC cruzada. Aqui, podemos observar as reações autoritárias dentro da sociedade civil, onde foi trabalhada em conjunto com os métodos repressivos da sociedade política, chegando a ampliação da atuação do Estado. Utilizamos uma coluna do jornal “A União” de 03/04/1964 onde sustenta um discurso anticomunista e uma cartilha da CEPLAR que foram vistas como subversivas a partir da IPM N° 70/64. Além disso, abordamos um material didático da ABC Cruzada para mostrar seu posicionamento de oposição ao método freireano.

Essa pesquisa busca como contribuição, preencher uma lacuna da historiografia tradicional paraibana que ignora os lutadores do povo. Ao elucidar a ação política de militantes, estudantes e professores que buscavam um sonho de um país melhor, buscamos enfatizar a importância de uma democracia plena e participativa, além de uma política construída pelo povo brasileiro. Esse trabalho busca, ainda, contribuir politicamente na historiografia dos sonhadores da classe trabalhadora.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: PANORAMA DA EDUCAÇÃO ANOS 1960

2.1. Educação como disputa entre o ensino privado e o ensino público

O período conhecido como “redemocratização” (1946-1964)⁴ foi marcado, na perspectiva da política educacional, como um espaço de polarização entre grupos que defendiam o ensino público e a iniciativa privada. Aqui, podemos trazer alguns elementos de destaque, tais como: 1) o debate acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que tramitou desde 1948, mas foi promulgada apenas em 1961; 2) a Campanha em Defesa da Escola Pública, que contou com a contribuição de vários intelectuais; e 3) os movimentos pela alfabetização do início dos anos 1960, principalmente na região Nordeste.

A Constituição de 1946, que tinha um espírito liberal e democrático, estabeleceu a necessidade de uma Lei complementar carregada de bases e diretrizes (art. 5º, item XV, letra “d”) sobre a educação. Em 1948, o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, criou uma comissão⁵ para construir um anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo como um dos maiores objetivos superar os resquícios educacionais da ditadura varguista e ampliar o acesso das camadas populares à educação. Porém, quando o projeto (PL 2.222/47) foi enviado ao Congresso Nacional, em 1947, encontrou desafios e obstáculos impostos, principalmente, pelo deputado federal Gustavo Capanema, que havia sido Ministro da Educação ainda no primeiro governo de Getúlio Vargas.

Conforme destaca Saviani (2013), Clemente Mariani fez questão de pontuar, em seus embates, o caráter democrático e a necessidade de superação da experiência educacional do Estado Novo. Uma das principais medidas dizia respeito a autonomia dos estados e municípios em construir seus projetos pedagógicos, para que se pudesse investir na educação, respeitando a diversidade local e cultural. O deputado Gustavo Capanema fazia críticas diversas a essa descentralização, alegando que ela feria a união nacional da política educacional. Porém, essa ideia seria contrária ao Art. 170 que estabelecia a organização federativa da educação e o dever dos estados de organizarem seu sistema de ensino. Além disso, a centralização do modelo educacional fere a autonomia dos estados, trazendo o caráter autoritário do Estado Novo à tona.

O debate centralização versus descentralização estimulou novas ideias que giravam em torno da questão do ensino privado e do ensino público. Nesse cenário, ganha força o Manifesto “Mais uma vez convocados” (1959) que defendia uma educação pública, laica e de qualidade. O manifesto é uma resposta ao grupo udenista de Carlos Lacerda, ao setor privado da economia e a setores mais conservadores da Igreja Católica que criticavam o monopólio estatal da educação e das verbas públicas. Além disso, alertava sobre os problemas do ensino público e da precarização das atividades dos professores, fruto de maus investimentos, pois compreendia que o sucesso da educação pública é uma marca da sociedade moderna e democrática.

A partir da tramitação e dos debates, no Congresso Nacional, a LDBEN foi sancionada pelo presidente João Goulart apenas em 1961. A resolução final foi aprovada mesclando a defesa do ensino público com concessões ao ensino privado.

⁴ “Redemocratização” alude a um novo sistema político, que surgia com o final da 2ª Guerra Mundial, contrário ao período anterior que compreende os longos primeiros 15 anos de governo de Getúlio Vargas com, inclusive, a ditadura do Estado Novo (1937-45). O fato é que a derrota dos países nazifascistas do Eixo e a consequente vitória dos países Aliados, forjou uma pressão para que se criasse, no Brasil, um novo modelo político que prezasse pela democracia. Esse contexto trouxe para o cenário nacional um novo debate político.

⁵ Essa comissão reunia nomes como Fernando de Azevedo e Manoel Lourenço Filho. Ambos se destacaram pela defesa da tese de que a educação pública e de qualidade deveria ser um direito a partir do Movimento Escola Nova na década de 1930.

É dentro do governo Goulart (1961-64) que temos a ascensão da Campanha em Defesa da Escola Pública que, apesar de tudo, considerava positivo o resultado da LDBEN. Mas, Goulart se deparava com a precarização da educação brasileira através de dados emergenciais.

[...] “dados do IBGE: [...] Jango assume a presidência [...] encontra um Brasil com 70.779.352 habitantes, 39,5% de analfabetos, distribuídos nas faixas de 15 a 69 anos. Da população estudantil, 5.775.246 alunos estavam matriculados na rede de ensino primário, 868.178 no ensino médio, 93.202 no ensino superior e 2.489 nos cursos de pós-graduação”, escreve a historiadora Helena Bomeny, em artigo para o site do CPDocFGV. (CINTRA, MARQUES, 2009, p. 91).

Em conjunto com seu Ministro da Educação, Darcy Ribeiro, Jango consolidou a LDB nº 4.024/61 assim como a homologação do Plano Nacional de Educação (PNE). Em seus aspectos quantitativos⁶, o PNE tinha como objetivos maiores:

1. ENSINO PRIMÁRIO, matrícula até a quarta série de 100 % da população escolar de 7 a 11 anos de idade e matrícula nas quinta e sexta séries de 70% da população escolar de 12 a 14 anos. 2. ENSINO MÉDIO, matrícula de 30% da população escolar de 11 e 12 a 14 anos nas duas primeiras séries do ciclo ginásial; matrícula de 50% da população escolar de 13 a 15 anos nas duas últimas séries do ciclo ginásial; e matrícula de 30% da população escolar de 15 a 18 anos nas séries do ciclo colegial. 3. ENSINO SUPERIOR, expansão da matrícula até a inclusão, pelo menos, de metade dos que terminam o curso colegial. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1961)

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE) continha nas metas quantitativas e qualitativas o avanço educacional, ao se deparar com um cenário crítico da educação. Esse déficit correlaciona com o processo político, uma vez que, a população analfabeta não possuía o direito de votar, além de que, não conhece as funções políticas, seus direitos, constituição etc., a realidade colocada persiste no sistema coronelista, onde o coronel é visto com o domínio político, em uma prática conhecida como “voto de cabresto”. É nesse cenário em que as organizações populares começam a questionar o sistema vigente e colocam a população analfabeta dentro do processo político, para além das vias institucionais.

2.2. Revolução nas urnas e na educação: alfabetização como ato político

Com a efervescência dos movimentos populares na segunda metade da década de 50, os movimentos culturais e de educação difundiram-se pelo país inteiro. O objetivo principal desses movimentos que reuniam estudantes, militantes, professores etc., era de alfabetização e conscientização da classe trabalhadora através do “Método Paulo Freire”. Levando em consideração que mais da metade dos brasileiros eram analfabetos⁷ e que a Constituição Federal em vigor (1946)⁸, excluía a participação desse contingente de cidadãos nas eleições gerais, podemos refletir no

⁶ Acesso em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/plano1.html>

⁷ Em 1960 eram 15,9 milhões de jovens e adultos analfabetos (39,6% da população nessa faixa etária). Acesso em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/08/opiniao/10.html>

⁸ O Art. 132 do Cap. I deixava nítido que não poderiam alistar-se eleitores os analfabetos, os que não saibam exprimir-se na língua nacional e os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos. Para melhor aprofundamento: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm

papel da democracia nesse cenário. Para Paulo Freire e seus seguidores, a alfabetização iria gerar a plena democracia, pois permitiria que a população pudesse ler as propostas, refletir e votar, combatendo a postura dos "votos de cabresto".

O método Paulo Freire encontrava no campo da educação uma nova forma de trazer a política. Nas obras freireanas, encontramos a defesa de uma ação libertadora da opressão, caracterizada pela práxis política, onde: "Falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanização e negar os homens é uma mentira" (FREIRE, 1987, p. 82). De fato, existe uma crítica a forma que o capitalismo se apropria da ordem democrática, em uma estrutura política que não garante a participação popular. Ou seja, falar em humanização se refere a colocar o indivíduo enquanto agente social de transformação social.

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão de mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer "bancária" ou de pregar no deserto. Por isto mesmo é que, muitas vezes, educadores e políticos falam e não são entendidos. Sua linguagem não sintoniza com a situação concreta dos homens a quem falam. E sua fala é um discurso a mais, alienado e alienante. É que a linguagem do educador ou do político (e cada vez nos convencemos mais de que este há de tornar-se também educador no sentido mais amplo da expressão), tanto quanto a linguagem do povo, não existem sem um pensar e ambos, linguagem e pensar, sem uma realidade a que se encontrem referidos. Desta forma, para que haja comunicação eficiente entre eles, é preciso que educador e político sejam capazes de conhecer as condições estruturais em que o pensar e a linguagem do povo, dialeticamente, se constituem. (FREIRE, 1987, p. 49)

Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-51) foi criada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), voltada para a alfabetização pela lógica do desenvolvimento econômico. Já entre os anos de 1958 e 1961 tínhamos a Campanha Nacional do Analfabetismo (CNEA). Em 1958, com o II Congresso Nacional de Educação de Adultos⁹, em Pernambuco, que o educador Paulo Freire se destaca ao defender ideias sobre a Educação Popular e a ineficácia de uma alfabetização sem cunho ideológico.

Objetivando estabelecer uma coordenação que aglutinava as mobilizações em torno da alfabetização, a fim de politizá-las, foi realizado o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular em Recife em 1963¹⁰. Podemos elencar como consequências desse encontro, a criação da Comissão Nacional de Cultura Popular e a instauração do Plano Nacional de Alfabetização (PNA) que atuaria em conjunto com o Ministério da Educação. Vejamos um trecho do discurso de Paulo Freire ao aplicar seu método na cidade de Angicos-RN¹¹:

Senhor Presidente, apenas onze situações sociológicas foram necessárias para deixarmos estes 300 homens de Angicos, não apenas podendo fazer uma carta a V. Excelência, mas, sobretudo, podendo dizer conscientemente que, de hoje em diante, estes homens vão votar não nos homens que lhe peçam um voto; vão votar não nos padrinhos, vão votar não nos políticos que

⁹ Para mais informações sobre o II Congresso Nacional de Educação de Adultos ver http://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/08/II_Congresso_Nacional_de_Educacao_de_Adultos.pdf

¹⁰ Sobre esse encontro e o que nele foi debatido ver: http://www.dhnet.org.br/moacyr/a_pdf/1_encontro_nacional_de_alfabetizacao_e_cultura_popular.pdf

¹¹ Acesso em: http://cremeja.org/a7/wp-content/uploads/2019/09/Discurso_Paulo_Freire.pdf

somente porque sejam políticos se apoderaram do seu destino; vão votar não somente nos coronéis ou porque coronéis; mas vão votar precisamente na medida em que estes candidatos revelem uma possibilidade de realmente, e de lealmente, servir ao povo e servir a ele mesmo. (FREIRE, 1963, p. 7 e 8)

Imagem 1 - segunda página da resolução do II Congresso Nacional De Educação De Adultos de 1958.

II Congresso Nacional de Educação de Adultos

OBJETIVOS

Após dez anos de atividades da Campanha de Educação de Adultos do Departamento Nacional de Educação e em face das profundas alterações que se vêm verificando na estrutura econômica e nas condições de vida social de nosso País, o que exige constante revisão no sistema escolar brasileiro, o Ministério da Educação e Cultura, em cooperação com a Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do D. Federal, planejou, no Distrito Federal, o II CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, que teria por objeto o estudo, em conjunto, pelos órgãos oficiais do ensino, pelas entidades particulares interessadas e pelos educadores em geral, dos problemas relacionados com as finalidades, formas, aspectos sociais, organização, administração, métodos e processos de educação de adultos, visando ao seu aperfeiçoamento.

Decidida a reunião do Congresso, foram realizados, como medida preliminar, os Seminários Regionais, nos meses de abril e maio, nas capitais dos Estados. Destinavam-se êsses Seminários a preparar dados e informações objetivas e atualizadas que garantissem ao Congresso uma visão realista da situação e das perspectivas de progresso no campo da educação de adultos; fim que foi plenamente atingido.

TEMÁRIO

Foi o seguinte o temário debatido:

1. *Levantamento e análise da evolução e situação atual da educação de adultos no Brasil.*
 - 1.1 — A evolução da educação de adultos no Brasil.
 - 1.2 — O Governo Federal e a educação de adultos.
 - 1.3 — A educação de adultos no Distrito Federal, nos Estados e Territórios.
 - 1.4 — A iniciativa privada na educação de adultos.
2. *A educação de adultos: suas finalidades, formas e aspectos sociais.*
 - 2.1 — A educação de adultos e a democracia.
 - 2.2 — Os vários graus de ensino na educação de adultos.
 - 2.3 — A educação de base.
 - 2.4 — A educação de adultos, a organização do trabalho e a educação para o desenvolvimento.
 - 2.5 — A iniciação, a formação e o aperfeiçoamento profissional na educação de adultos.
 - 2.6 — A educação de adultos e seus aspectos regionais.
 - 2.7 — A educação de adultos e a difusão cultural.
 - 2.8 — A educação de adultos e a assimilação do imigrante.
 - 2.9 — A educação de adultos e a recuperação de marginais.
3. *A educação de adultos e seus problemas de organização e administração.*
 - 3.1 — Os serviços de administração da educação de adultos.
 - 3.2 — Os centros e os cursos de educação de adultos.
 - 3.3 — O pessoal docente para a educação de adultos.
 - 3.4 — O prédio e o aparelhamento escolar na educação de adultos.
 - 3.5 — Articulação dos serviços de educação de adultos federais, estaduais e municipais; entrosamento dêsses serviços com as organizações particulares.
 - 3.6 — Os problemas da freqüência e do rendimento escolar na educação de adultos.
4. *Os programas, métodos e processos da educação de adultos.*
 - 4.1 — A adequação dos programas, métodos e processos às peculiaridades do aluno adulto.
 - 4.2 — Técnicas de alfabetização do adulto.
 - 4.3 — A orientação didática nos diversos graus de ensino para adulto.
 - 4.4 — O livro didático e o material de leitura complementar.
 - 4.5 — O cinema, o rádio, a televisão e outros recursos áudio-visuais na educação de adultos.
 - 4.6 — O papel das missões culturais, dos museus, do teatro e das bibliotecas na educação de adultos.

Fonte: Centro de Referência e Memória da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos (Disponível em: <http://cremeja.org/a7/acervo-digital/fundo-osmar-favaro/educacao-popular-i/campanhas/ii-congresso-nacional-de-educacao-de-adultos/>.)

Apesar dos avanços no campo institucional, foi a partir desse momento, com a ascensão dos movimentos de educação e cultura, que alguns grupos conservadores começaram a caracterizá-los enquanto "subversivos". Esse momento histórico se encontra no contexto da Guerra Fria, onde há uma polarização ideológica entre capitalismo versus socialismo. Nesse sentido, a classe dominante nacional começa a se mobilizar e utiliza do discurso anticomunista para impedir o avanço dos movimentos populares. O anticomunismo nasce na primeira metade do século XX, porém ganha força no governo Goulart, onde é observado um avanço das reformas de base. De acordo com Motta (2002, p. 339): "O objetivo principal não era dar um golpe, mas combater os comunistas. O recurso à solução autoritária era um meio de eliminar a "ameaça comunista" e não um fim". Essa mobilização irá resultar no golpe de 1964, como veremos mais adiante.

As mobilizações pela educação e cultura popular no início dos anos 60 exprimem a perspectiva da práxis da Educação Popular. Apesar de Paulo Freire não utilizar de uma leitura marxista em suas obras, trago esse conceito para trabalhar sua

perspectiva. Uma vez que, a atuação freireana se baseia na crítica capitalista das relações de mundo, onde se constrói uma teoria freireana atrelada ao processo de uma alfabetização (prática), não sendo uma atuação espontânea e sim com intencionalidade.

É nesse caminho que Karl Marx se debruça em relação ao processo de conscientização da classe trabalhadora para sua emancipação e revolução, onde define práxis como “a mudança das circunstâncias e da atividade humana ou auto mudança” (MARX, 1984, p. 108). Nesse contexto, surgem novos movimentos populares que pautam a educação e a cultura.

Já nos primeiros escritos de Paulo Freire, a educação popular, uma forma de prática cultural para a “liberdade”, deveria transformar todo o sistema e toda a lógica simbólica da educação tradicional. Trabalhos como os de alfabetização e pós- alfabetização seriam apenas um de seus momentos. Assim, um movimento revolucionário de educadores surgia contra a educação institucionalizada e constituída oficialmente, seja como sistema escolar seriado, seja como educação não-formal de adultos. Emergia como proposta de reescrever a prática pedagógica do ato de ensinar-e-aprender, e surgia para repensar o sentido político do lugar da educação (BRANDÃO, 2016, p. 46-47)

Esses movimentos propuseram uma metodologia nova de construir política: a partir da conscientização das massas para que o povo possa saber decidir. É interessante notar que, não se pretendia substituir a atuação do Estado em relação à educação, mas apresentar um novo projeto educacional. Nessa perspectiva, os movimentos populares atuaram em conjunto com órgãos públicos a nível federal, estadual e municipal a fim de trabalhar por uma educação libertadora.

Os anos 1960-64 foram particularmente críticos e criativos em quase tudo. Questionaram-se todos os modos de ser brasileiro, de viver um momento da história desse país, de participar de sua cultura. Pretendeu-se um projeto político que possibilitasse superar a dominação do capital sobre o trabalho e, em decorrência, reformular tudo o que dessa dominação decorre. Tudo isso – e muito mais – foi repensado, discutido em círculos cada vez mais amplos, das ligas camponesas às universidades. (FAVERO, 1983, p. 8 e 9)

Os movimentos de educação popular emergiram ainda mais na região do Nordeste. Scocuglia (2018) elenca as principais mobilizações: o Movimento de Cultura Popular (MCP)¹², criado em maio de 1960, na Prefeitura do Recife (gestão Arraes); a Campanha “De Pé no Chão também se Aprende a Ler”, sob os auspícios da Prefeitura de Natal (RN), instituída em fevereiro de 1961; o Movimento de Educação de Base (MEB), da CNBB em convênio com o governo federal, instituído em março de 1961, em vários Estados.

O objetivo de alfabetização politizada e conscientizar as classes populares é motivado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e Paulo Freire. A atuação dessas mobilizações mostra que havia luta política, social e ideológica que apontava para um processo revolucionário onde a educação era uma ferramenta imprescindível, trazendo assim a práxis política freireana. O Movimento de Cultura Popular (MCP), foi instituído em maio de 1960 quando criado inicialmente em Recife. Miguel Arraes se destacou ao apoiar quando prefeito da capital e em seguida, governador do Estado de Pernambuco.

¹² Mais informações sobre o MCP, consultar: http://forumeja.org.br/df/files/mov_cult_popular_paulo_rosas.pdf

O pedagogo alienado jamais compreenderá que o analfabetismo é um grau do processo de educação, e não ausência de educação, grau que é preciso evidentemente superar, sendo para isso o primeiro requisito entendê-lo na sua verdade. O analfabeto é um indivíduo educado nas condições que a realidade nacional lhe oferece. Sabe numerosas coisas de que necessita para subsistir, e só não sabe ler e escrever porque nas condições de trabalho estas não são exigências de subsistência(...) Na verdade, porém, tais indivíduos estão de posse de uma educação suficiente para as condições de vida que levam, e portanto se quisermos alterar-lhes a educação, o que há de fazer não é simplesmente infundir-lhes conhecimentos, mas transformar-lhes as circunstâncias gerais da vida, o modo de trabalho, para que em nova situação tenham necessidade do saber que a instrução superior lhes deve conferir (PINTO 1960b p.383)

Imagem 2 - Na imagem Paulo Freire (em pé), João Goulart, Miguel Arraes (à sua esquerda) e outros políticos nordestinos.



Fonte: Memorial da Democracia

(Disponível em:

<http://memorialdademocracia.com.br/card/governo-jango-adota-metodo-paulo-freire>)

Na imagem acima, Paulo Freire explica a aplicação do seu método de pedagogia do oprimido aos políticos do Nordeste e ao presidente Goulart. A perspectiva revolucionária cativou ainda mais os jovens (entre intelectuais e estudantes) fortemente inspirados nas experiências de educação nos países da América Latina, em especial a Revolução Cubana. Um dos exemplos da atuação da juventude, foi a UNE Volante realizada entre 1962 e 1963, em conjunto com o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, durante a gestão de José Serra enquanto presidente da entidade. O objetivo era rodar o país inteiro para que pudesse conhecer a realidade da classe trabalhadora e anunciar um projeto político de desenvolvimento, soberania nacional e anti-imperialista.

Para além da atuação da UNE enquanto entidade, os estudantes atuaram dentro das suas organizações. Uma das principais organizações foi a Juventude Universitária Católica (JUC), um movimento da igreja que estava ao redor da Ação Popular, que tinha uma concepção gramsciana de disputa hegemônica na sociedade. A JUC nasce dentro do bojo de transformações socialistas dentro na América Latina, como a Revolução Cubana, o que faz com que os jovens se reúnam e pautem um

“socialismo democrático” e uma “revolução brasileira”. Com a organicidade do movimento, foi se afastando mais ainda das tradições católicas e tomando autonomia.

Aos poucos foram rompidos laços com a alta hierarquia da Igreja. A ação política do setor da esquerda da JUC foi ganhando mais autonomia e agilidade. As necessidades crescentes de uma direção pronta e eficaz para o movimento estudantil criaram condições para o surgimento do chamado ‘grupão’, agrupamento político que supera os limites da JUC. Porém, o próprio ‘grupão’, fase de transição entre a JUC e AP, não correspondia às necessidades de direção exigidas pelo movimento estudantil. A UNE-volante foi o momento encontrado para um novo passo, uma articulação nacional da Ação Popular. No curso da ‘Greve do 1/3’, em decorrência do papel de direção que desempenhou nesse movimento, a AP, em fase de gestação, ganhou força política. Sua influência passou a ser tão grande no movimento estudantil, que os seis candidatos à Presidência da UNE, surgidos no XXV e XXVI Congressos foram da AP. (LIMA E ARANTES, 1984, p. 31)

Para elencar outras iniciativas, tivemos a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, criada na cidade de Natal em fevereiro de 1961, com apoio municipal do prefeito Djalma Maranhão. Em janeiro de 1962 tivemos as primeiras experiências de alfabetização e conscientização de adultos, feitas por Paulo Freire, no MCP (Centro Dona Olegarina). Logo em seguida, se deu o início de sua sistematização no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. Ainda em janeiro de 1962, se inicia a experiência paraibana, realizada por estudantes, professores e militantes da JUC, que recebeu o nome de Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR).

2.3. A Paraíba no cenário da alfabetização: lutas e golpes

O contexto paraibano também se insere nas movimentações políticas e educacionais que marcaram o início da década de 60. O destaque de alfabetização de adultos foi pelo sistema de Rádio Educativo da Paraíba (SIREPA), de 1959 e 69, chegando a possuir 600 escolas radiofônicas espalhadas por todo o estado. Porém, essa modalidade de expansão de ensino começou a decair por falta de investimentos. O SIREPA começou a sentir a falta de equipamentos técnicos até a remuneração dos monitores. Como destaca Façanha (2015, p. 28) “ a SEC-PB, que nunca dispôs de verbas significativas para o SIREPA, não conseguia manter o serviço e, principalmente, levar a cabo os objetivos para os quais o sistema havia se expandido”.

Durante esse contexto, se deu também o surgimento das Ligas Camponesas, onde também tinham o interesse de alfabetização a partir da educação popular. Conforme o filme *Cabra Marcado para Morrer*¹³, podemos observar a atuação da SIREPA com Elizabeth Teixeira, esposa do líder camponês assassinado João Pedro Teixeira. Assim como vale destacar a simpatia entre o governador Pedro Gondim com as ligas camponesas e assim também com a CEPLAR. Conforme aborda Adalberto Barreiro, do Rádio Tabajara:

¹³ Filme dirigido por Eduardo Coutinho na sua experiência da UNE VOLANTE em 1962. Devido ao golpe militar, as filmagens foram interrompidas em 1964, sendo grande parte da equipe presos por alusão ao “comunismo”. O trabalho foi retomado 17 anos depois, recolhendo-se depoimentos dos camponeses que trabalharam nas primeiras filmagens e da viúva de João Pedro, Elizabeth Altino Teixeira, que desde dezembro de 1964 vive na clandestinidade, separada dos filhos. Reconstruiu-se assim a história de João Pedro e das Ligas camponesas de Galiléia e de Sapé.

Em seu manifesto, os proprietários criticam a ação do governo ao denunciarem o movimento camponês afirmando: "Ante uma realidade tão séria e tão inquietante, frente à omissão do Poder de Polícia do Estado Membro, suprido, só de quando em quando, pela vigilância do glorioso Exército Nacional, com as suas briosas Unidades aqui sediadas [...] Até quase o final de seu governo, Pedro Gondim procurou manter o apoio à causa popular, ao mesmo tempo em que conciliava com a reação. Continuou prometendo proteção policial para a instalação de sindicatos, manteve abertas as portas do governo para as organizações populares, como a CEPLAR, mas o jogo de conciliações mostrou-se impossível. Os defensores dos privilégios queriam destruir os movimentos populares. (PORTO E LAGE, 1995, p. 162)

Nascido em Alagoa Nova, Pedro Gondim se destacou politicamente no período da redemocratização. Seu trabalho na Assembleia Legislativa Estadual e na Secretaria de Agricultura na gestão de José Américo de Almeida, agradou diversos grupos dentro da classe média e operária, sendo sua principal base social. Cittadino (2011) caracteriza esse fenômeno como "gondinismo" de caráter populista. A leitura de populismo, utilizado por Cittadino (2011) ao citar Weffort (1980, p. 63) é vista como um modo de expressão das demandas populares e da incorporação de tais grupos aos jogos políticos convencionais, dos quais até então eram excluídos.

Nas eleições do estado de 1955, as principais lideranças do estado promovem uma unidade na formação da chapa, dirigida pelo PSD e a União Democrática Nacional (UDN). Gondim é indicado pelo PSD para estar na vice-governança, enquanto Flávio Ribeiro Coutinho (tradicional proprietário de terra) encabeça a chapa pela UDN. O que ocorre é que, em 1958, Flávio Ribeiro fica impossibilitado de governar o estado por problemas de saúde e com isso, Gondim assume a chefia estadual até 1960, renunciando em março para não ficar impossibilitado de concorrer às eleições daquele ano.

Ao deixar o governo do estado, Gondim também deixou o PSD. O senador Ruy Carneiro tinha como candidato o seu próprio irmão, Janduhy Carneiro, o que ia de encontro com Gondim. Essas turbulências políticas resultam na expulsão do ex-governador do partido¹⁴, o que o leva a se filiar ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Vitorioso, onde Cittadino (2011, p. 18) destaca que foi um dos pleitos mais disputados e agitados da história republicana paraibana, Gondim inicia seu segundo governo paralelo às agitações de mobilização popular que ocorriam no país e na Paraíba, com destaque das Ligas Camponesas. Nesse contexto, o gondinismo se encontra em um cerne de disputa entre sua própria base social, a classe camponesa e os latifundiários, onde Aquino (2021, p. 76) aproxima esse momento histórico com o conceito de crise de hegemonia de Gramsci, que aborda a fragilidade do poder da classe dominante, escancarando a contradição de classes.

Ao sair do PSD, Gondim ingressou no PSB e posteriormente no Partido Democrata Cristão (PDC). Contudo, para buscar apoio partidário a fim de derrotar um candidato pessedista, busca apoio com a UDN, partido de viés conservadoras, que indica o nome de André de Paiva Gadelha, grande proprietário rural que contribuiu com os currais eleitorais no sertão paraibano. Cittadino (2011, p. 25) utiliza de uma expressão popular que fora caracterizado por Joacil de Brito Pereira, onde se refere ao governador como: "Ele acendia uma vela a Deus e outra ao Diabo". Gondim se encontra encurralado politicamente e toma postura de violência policial contra manifestantes e camponeses, antes seus aliados.

¹⁴ Aqui que temos a célebre frase "prefiro ser expulso por rebeldia a ser condecorado por subserviência"

Os conflitos sociais, após terem permanecido latentes durante o ano de 1963, voltaram à tona com redobrada força, dando uma ideia dos níveis da tensão sócio-política presente no estado às vésperas da eclosão do golpe. Foram conflitos que se iniciaram em novembro de 1963, com uma manifestação envolvendo estudantes secundaristas e universitários que reivindicavam o respeito ao abatimento nas passagens de ônibus, mas que, com a repressão policial que se abateu, resultou num sério embate com o governo estadual. Em seguida, nos primeiros dias de 1964, registou-se um sangrento conflito envolvendo camponeses e proprietários na região do brejo, num episódio que ficou conhecido como a “Tragédia de Mari” e que teve como desfecho a morte de 11 pessoas e a presença de diversos feridos. Logo após, um novo conflito em torno da notícia da visita do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, envolvendo estudantes e grupos de esquerda e membros das classes conservadoras, tomou lugar na Praça João Pessoa e na Faculdade de Direito, o que exigiu a intervenção tanto do Exército quanto da Polícia Militar. (CITTADINO, 2011, p. 27-28)

Por relação política com os militares, Pedro Gondim finalizou seu mandato mesmo após o golpe de 1964. Porém, esse cenário foi diferente com outros mandatos no estado. Newton Rique foi eleito prefeito de Campina Grande em 1962, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o que animou os nacionalistas da cidade que aspiravam por reformas de base. Porém, Newton Rique teve seu mandato cassado por um decreto do governo militar de Castelo Branco que alegava falhas na administração pública, que nunca foram provadas (SANTOS, 2015, p. 128), mas também tinha a alegação de subversão¹⁵. O prefeito de Sousa, Antônio Mariz, em praça pública, foi contrário ao golpe e em seguida, foi preso por enviar telegramas para João Goulart e defender as reformas de base, sendo acusado de “comunista”. Essas arbitrariedades políticas acentuou o autoritarismo do golpe instalado que utilizou da arma anticomunista. O que tinha os políticos depositos em comum? Estavam envolvidos a favor das políticas públicas para uma das maiores campanhas de educação popular do estado: a CEPLAR. Uma campanha que se desenvolveu na força da política das camadas populares e foi extinta pelo golpe.

3. CEPLAR: QUANDO A ALFABETIZAÇÃO É VISTA COMO SUBVERSIVA

3.1. Origens, primeira iniciativa e organização

A origem da Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR) parte em dois campos de influência: a união de militantes organizados e o plano de governo de Pedro Gondim. Como Porto e Lage (1995) aborda “a preocupação era de que a entidade não se transformasse num apêndice do governo, embora recebesse ajuda, nem numa base eleitoral para quem quer que fosse”. Apesar da entidade nascer da confluência desses dois setores, existiram fatores que garantiram a sua

¹⁵ As acusações de Newton Rique se basearam inicialmente por ter sido eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ter amizade íntimas com João Goulart e Leonel Brizola. Além disso, se somava o apoio dos partidos de esquerda e a adesão do ex-prefeito com a CEPLAR. Todo esse burburinho político no centenário da cidade. Com isso, o vice-prefeito Williams Arruda assumiu o cargo, porém por ter tido apoio dos grupos de esquerda, o Coronel Queiroz exigiu uma nova postura dentro da Câmara dos Vereadores. Todo o processo agora estava nas mãos de João Jerônimo, na época o presidente da Câmara, que seguiu as resoluções redigidas pelo comandante local do Batalhão do Exército que trazia como solução as eleições indiretas para o cargo de prefeito e vice-prefeito. Na disputa teve João Jerônimo e do vereador Pedro Cordeiro, sendo Jerônimo vencedor por 11 a 3, tendo um novo em branco.

independência. Primeiramente, a origem da CEPLAR veio dos interesses dos movimentos sociais e na descrença de que as instituições tradicionais pudessem responder ao desafio da educação e conscientização em massa. Em segundo lugar, na firmeza da equipe da CEPLAR e na posição do governador Pedro Gondim, que seguiu um apoio indireto à entidade pela posição das forças conservadoras que o rodeavam.

Na base da militância contava com os militantes da JUC, professores e estudantes universitários que estavam preocupados em conhecer mais de perto a realidade das classes populares. Enquanto o governo estadual, seguindo a linha de um governo desenvolvimentista, tinha como objetivo implementar a educação popular como base do desenvolvimento industrial, representado pela SUDENE. Destaca-se que a CEPLAR estava ligada ao governo não através da Secretaria de Educação, mas sim por meio do Conselho Estadual de Desenvolvimento. É nessa conjuntura estadual, que a base da militância da CEPLAR se organiza em prol da sua práxis política.

Enquanto ponto de partida, esse grupo de pessoas ligadas a JUC, buscam apoio do governo estadual para enfatizar sua prática política na Ilha do Bispo (bairro periférico de João Pessoa), mais especificamente sua base no Grupo Escolar “Raul Machado”. Aqui, o corpo de militantes buscava discutir inicialmente as dificuldades emergenciais daquela comunidade, onde se encontrava nas questões sanitárias. Com isso, possamos trazer o conceito de prática política de um movimento social com Gohn (2011, p. 341) onde “para quem os movimentos sociais são ações sociais coletivas, de caráter sócio-político e cultural, que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas.” Pode-se dizer que foi necessária uma pauta que cativasse a comunidade a se juntar ao grupo e a partir disso, conquistar a defesa política daquele grupo.

A partir dessa primeira atividade, o grupo entendeu como importante que a comunidade não fosse apenas “beneficiária” das práticas, mas sim agentes ativos do processo coletivo. Com isso, buscaram ajuda com vários grupos: O Governo Estadual, a Prefeitura Municipal, a Arquidiocese, a Associação Paraibana de Imprensa, associações de bairro da Ilha do Bispo, sindicatos e clubes de mães. O governo estadual acatou de primeira a ideia e decidiu a criação da Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), colocando à disposição recursos financeiros e o aporte institucional.

Bolsas de estudo foram concedidas a jovens paraibanos para cursos intensivos na SUDENE e no Movimento de Cultura Popular do Recife, (MCP) a fim de estudarem o problema da educação popular. A dois dentre eles, José Rodrigues Lustosa e Maria das Dores de Oliveira (Dorinha),²⁰ "foi confiada a missão de organizarem, ao voltar, um movimento de educação popular, concretizado na CEPLAR, CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR"²¹ com a finalidade de, através da educação e da cultura, elevar o nível das massas populares e integrá-las no processo de desenvolvimento do país. A imprensa local relata este acontecimento em nota publicada pelo jornal A União: "Dentro de mais alguns dias, estará sendo lançado, em João Pessoa, com apoio decidido de amplos setores da opinião pública paraibana, o Movimento de Cultura Popular, já lançado em Recife, com ótimos resultados. O grupo de interessados paraibanos, responsável pelo Movimento, está em João Pessoa desde ontem vindo de Recife, onde se submeteu a estágio especial na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). (PORTO; LAGE, 1994, p. 36)

O primeiro estatuto da CEPLAR foi publicado no Diário Oficial da Paraíba em 11 de abril de 1962. Definiu-se como uma Associação civil, brasileira, de finalidade

educativa e cultura, com número ilimitado de sócios. Foi instituído um Conselho Deliberativo (CD) e um diretoria, que compunham suas instâncias dirigentes. Através do CD que elegeu a primeira diretoria da CEPLAR, com José Lustosa enquanto secretário-geral.

Diretora do Departamento de Formação da Cultura, Dorinha de Oliveira; Diretora do Departamento de Difusão da Cultura, Iveline Lucena; Diretora do Departamento de Documentação e Informação, Lígia Macedo; e um Serviço de Administração, sob responsabilidade de Rosilda Cartaxo. Na divisão natural de tarefas, decorrente da disponibilidade e dos postos assumidos, ficaram mais especialmente a cargo das duas primeiras pessoas citadas, a gestão financeira e as negociações com os poderes públicos estadual e federal para obtenção de recursos financeiros, em pessoal e em material. Esta foi a primeira estrutura organizacional da CEPLAR, que deveria estar subordinada a seu objetivo fundamental: contribuir para a formação de adultos conscientes que participassem do processo de mudanças no país. (PORTO; LAGE, 1994, p. 37)

Apesar da aliança entre o grupo “jucista” e o governo do estado, os integrantes da CEPLAR tiveram cuidado em manter a independência da instituição. Isso porque, a vinculação poderia causar uma dependência política partidária de desejos do governo, porém a equipe manteve a responsabilidade de considerar o governo apenas como suporte financeiro. O articulador entre os dois grupos foi o Conselho Estadual de Desenvolvimento, na figura de Ronald de Queiroz Fernandes¹⁶, que manteve zelo no vínculo pela sua atuação política.

A experiência na Ilha do Bispo, mostrou um resultado imediato, ao ser analisado o aumento dos números de matrículas e a integração da comunidade na escola. Foram realizadas palestras entre os alunos, os pais desses alunos, professores, militantes etc., que reforçava o trabalho da comunidade junto à escola. Mas ainda faltava o objetivo principal de conscientização dos adultos em um processo formativo. Nesse sentido, a equipe constatou que o Método Paulo Freire abria espaço para criatividade e diálogo com as massas.

Dentro dos objetivos, ficou acertado o treinamento da equipe pelo Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (SEC-UR), dirigido por Paulo Freire, responsável pela aplicação do método na Paraíba. Com isso, “Durante três meses, aos sábados, a equipe coordenadora da CEPLAR (e, depois, da CEPLAR de Campina Grande) fez cursos sobre o ‘Método Paulo Freire’ e a ‘Realidade Brasileira’ no SEC-UR” (SCOCUGLIA, 2018, p. 60).

3.2. Método Paulo Freire

O período histórico da fundação da CEPLAR coincide com a imersão da educação popular como práxis política dos movimentos populares. A pedagogia freireana preconiza o diálogo como princípio educativo e para tomada da consciência. Freire (1967) denomina três fases no desenvolvimento da consciência: intransitiva, transitiva-ingênua e transitivo-crítica. Na primeira, o indivíduo enxerga o mundo de forma espontânea, dentro das suas condições biológicas. Na segunda fase, preenche de apreensões e preocupações, o que torna a capacidade de diálogo. Por fim, chega na transitivo-crítica onde possui profundidade de desenvolver reflexão prática em

¹⁶ Representante da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na Paraíba, além de militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Participou do primeiro seminário da CEPLAR intitulada Seminário Sobre realidade Nordestina no eixo da “Realidade socioeconômica do Nordeste”

relação ao mundo ao seu redor. Põe-se a subjetividade e a objetividade da consciência enquanto uma relação dialética, o que promove uma atuação prática na realidade.

Para Freire (1967), a educação popular só se daria a partir da práxis política (conceito marxista que interliga a prática e a teoria). A concepção gramsciana de que a relação hegemônica é necessariamente uma relação pedagógica, nos permite conceituar a educação como reprodução das relações capitalistas e manutenção da ordem burguesa, assim como, um instrumento emancipatório quando a pedagogia é formulada a partir do oprimido, que pode assumir força política para uma ação contra hegemônica. A ascensão dos movimentos de educação uniu a alfabetização em massa com a conscientização, o que gerou mais acúmulos para a pedagogia freireana.

O entendimento do processo hegemônico passa, necessariamente, pela reflexão gramsciana de intelectual orgânico. Gramsci (2001) assim define o intelectual, não pela erudição pessoal, mas pela função social, explicitando a percepção do caráter mediador dos intelectuais entre as classes sociais e o Estado. Sendo assim, criados pela própria classe para organizar e manter sua hegemonia. Dentro de uma práxis política onde Gramsci se aproxima, a classe dominada necessita de uma nova consciência crítica para lutar pelo controle civil do Estado. Nesse sentido, a classe oprimida precisa formar seus intelectuais orgânicos para combater a hegemonia capitalista, através de um processo formativo e organizativo. Essa conceituação nos permite compreender como um corpo de militantes buscou organizar as classes populares dentro de uma práxis política freireana.

No encontro de Freire com a CEPLAR, o educador elaborou um plano de ação com um curso sobre Realidade Brasileira e Método, onde estavam sendo estabelecidas as fichas de roteiros que iriam guiar as aulas.

(A CEPLAR) acatando o Plano de Emergência do Ministério da Educação e Cultura, fará realizar, a partir de janeiro próximo, nos bairros da Ilha do Bispo, Torrelândia e Varadouro, importante campanha de alfabetização (...). Para proveito dos trabalhos, os dirigentes da CEPLAR estão convidando os universitários, secundaristas, voluntários e demais pessoas interessadas na educação do povo a participarem do curso de preparação que se iniciará a 2 de janeiro, com a seguinte programação: 2 - 14hs. Visão crítica da realidade brasileira – Ronald Queiroz; 3 - 9hs. A realidade brasileira e o analfabetismo – Prof. Paulo Freire da Universidade do Recife; 4 - 14hs. A alfabetização num país subdesenvolvido – Wilson Marinho; 7 - 14 hs. Um novo método e uma nova técnica – M. das Dores Oliveira; 19hs. Uma experiência prática – Lígia Macedo; 8 - 14hs. Alfabetização e educação – Isa Guerra; 9 – Planejamento.90 (A UNIAO 21/12/62 apud SCOCUGLIA, 2018, p. 71)

A primeira experimentação do método pela CEPLAR data setembro de 1962, onde teve como primeiras educandas um grupo de domésticas. A indicação percorreu o sindicato de domésticas de João Pessoa, onde seus dirigentes estavam recebendo apoio de membros da Juventude Católica Operária. Sendo os principais objetivos: a sindicalização e organização das domésticas atrelado ao processo de alfabetização. Num tempo de 40 horas, o grupo já conseguia ler o jornal que embrulhava a carne. Porto e Lage (1995) elenca que alfabetizar um adulto em 40 horas era um desafio a ganhar, pois a expectativa de muitos era grande. Tendo Lígia Macedo como coordenadora (professora) do grupo, a experiência foi seguida e avaliada, diariamente, pela equipe. E, efetivamente, ao término das 40 horas, as educandas conseguiam, embora ainda com dificuldade, decifrar o conteúdo de frases simples, escrever palavras e, com firmeza, seu nome. O desafio estava ganho.

O êxito da turma se deu através do uso das palavras em fichas, trabalhando alguns termos a realidade daquelas pessoas. Não estava apenas com o fator de repetir palavras até decorar sua pronúncia, limitando a escrita e leitura. Mas alfabetizar estava relacionada à reflexão crítica sobre a situação política e econômica do país. O educando era convidado a trazer suas apreensões para dentro da sala de aula e assim levar seus aprendizados ao cotidiano. Scocuglia (2018, p. 68) destaca quatro fichas roteiro trabalhados com as domésticas, vejamos:

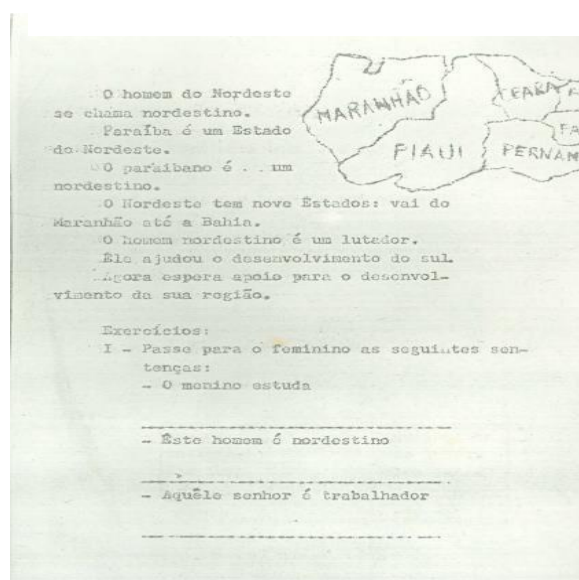
- 1 – Casa em construção - Conceituação de homem: a) ser racional, pensa, cria e transforma; b) instrumento de transformação, o trabalho; - O trabalho do homem tem de ser revestido em benefício dele? Libertando-o? Escravizando-o?; - O trabalho como direito de todos: a) o progresso, fruto do trabalho, se destina ao homem; b) o trabalho deve dar condições de vida a todos; - Dignidade do trabalho: todo trabalho é digno, no entanto ele não está dando condições de dignidade ao homem.
- 2 – Uma feira: - Conceito de povo; - Conceito de classes sociais; - A feira e as classes sociais - contrastes; - Fome, carestia, poder aquisitivo; - Sistema de produção.
- 3 – Operários recebem dinheiro: - Relações de trabalho, capital e salário; - Salário absorvido pela inflação; - Solução: participação no comando e no lucro das empresas.
- 4 – Campo de futebol: - Diversão, valorização; - Profissionalização – malandragem; - Comercialização; - Alienação (peleguismo).

O método freireano se baseia em trazer a realidade dos educandos para dentro do processo educacional. Como bem afirma Freire (1980), onde a busca de um método ativo capaz de criticizar o homem através do debate de situações desafiadoras postas diante do grupo, que deveriam ser existenciais para o grupo. O objetivo, no entanto, seria trazer um método dialógico, ativo e participativo dos educandos e, que estes possam ir para seus respectivos cotidianos e possam associar a leitura das palavras no mundo concreto.

Podemos notar na imagem 3, a obra “Força e trabalho” (1963), construído pela CEPLAR, apresentam oito textos em dezesseis páginas que tratam da realidade do educando. O material contém frases curtas e de fácil assimilação, que trazem gravações para facilitar a compreensão. Não existe distinção e nem anúncio das matérias, que contém português, matemática, ciência e geografia.

Figura 2 - Capa do livro "Força e trabalho"

Figura 1 - Página 5 do livro "Força e Trabalho"





Fonte: Fórum EJA (Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/files/ceplar.pdf.pdf>)

Segundo Porto e Lage (1995), às vésperas do golpe de 1964, havia o projeto para que esse livro, aplicado em fase experimental em alguns grupos, fosse editado e publicado na imprensa oficial do Estado (jornal A União), mas não foi possível fazê-lo pelo desencadear dos fatos que se seguiram ao 1º de abril.

3.3. Expansão da CEPLAR

Na América Latina, tivemos a Revolução Cubana como experiência socialista, um momento em que o povo cubano se ergueu para lutar contra a exploração e por um melhor projeto de sociedade. Para os líderes da Revolução, a educação é um elemento imprescindível para o processo revolucionário e que leva a uma unificação da sociedade por um país melhor. Fidel Castro convocou estudantes, professores e militantes para atuarem no processo de alfabetização das massas, a partir de Campanhas que entravam no campo e na cidade. Em 1962, a taxa de alfabetização era de 96%, sendo uma das mais elevadas do mundo. Dessa maneira, a América Latina entra com a educação enquanto elemento fundamental pela luta revolucionária. Já nesse mesmo contexto, João Goulart apresentava nas metas do Plano Nacional de Educação (ampliadas no Plano Trienal), o combate maciço ao analfabetismo enquanto principais metas para 1963. Já sobre o plano Scocuglia (2018, p. 71) informa que “o Plano previa a aplicação de quase Cr \$49 milhões na Paraíba, dos quais Cr \$4,7 milhões (7,9%) eram da CEPLAR, sendo a maior parte destinada às construções de escolas”. Ou seja, aparece uma oportunidade de investimentos de expansão da alfabetização no estado.

O processo de expansão da CEPLAR também estava integrado ao processo de articulação política atuantes na Paraíba. Significava propagandear nos bairros sobre uma mobilização em prol da alfabetização das massas. Vale destacar que a ampliação precisava seguir o método freireano de atuação, ou seja, a alfabetização com conscientização política. Para que isso fosse destacado, os coordenadores dos

núcleos passavam por um processo seletivo e por espaços de formação. De antemão, para coordenar um núcleo precisava estar alinhado politicamente com a situação do país. Scocuglia (2018, p. 77) nos traz um dos testes do processo seletivo para coordenação de núcleo:

- 1 - Os dirigentes eleitos representam, realmente, o povo brasileiro? Justifique.
- 2 - Uma Reforma Agrária feita pelos atuais deputados pode atender aos interesses do povo? Justifique.
- 3 - Que acha das Ligas Camponesas? 4 - Acha que um analfabeto tem capacidade de escolher os dirigentes do país? Justifique.
- 5 - O que acha da greve? Justifique.
- 6 - Você prefere ensinar na cidade ou no campo?

A cooptação de novos membros, estava também relacionada a adesão dos movimentos de esquerda. Com a expansão, a ala progressista da Igreja, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), as ligas camponesas, o movimento estudantil, sindicatos etc., interligam a alfabetização com os votos eleitorais, acreditando assim, na “revolução pelo voto”. A disputa para coordenar a CEPLAR também interessava aos governos populistas do estado, uma vez que, com sua influência, poderia cooptar esses votos para interesses próprios. Porém, a ala da esquerda conseguiu maior aglutinação, durante o segundo semestre de 1963, dentro do corpo dirigente da entidade e seguiu com o processo de conscientização política.

Com os investimentos vindos do Plano Nacional de Alfabetização, a CEPLAR se multiplicou para as seguintes cidades: Santa Rita, Bayeux, Espírito Santo, Cabedelo, Rio Tinto, Sapé, Mari e a área de Miriri. Além da disponibilização de mais professores distribuídos com ajuda do governo do estado. Na cidade de Sapé, a atuação da CEPLAR encontrou as Ligas Camponesas, sendo Pedro Fazendeiro¹⁷ o responsável por essa articulação. Na área rural, o processo foi bastante limitado por questões de estrutura, porém a adesão da comunidade sempre foi muito participativa.

Como em Rio Tinto, desenvolvia-se, paralelamente, a preparação das aulas em função da realidade da região. Pela especificidade do modo de vida dos seus habitantes, marcado pelas lutas que caracterizavam a época, obteve-se um material pedagógico muito rico em conteúdo que permitia abordar, de maneira simples, mecanismos complexos da vida social e econômica do país. Entre janeiro e março de 1964, oito núcleos de alfabetização funcionaram em Miriri, onde a ação foi das mais intensas. As salas de aula, (em casas ou pavilhões) com capacidade para 12 a 20 alunos, estavam sempre repletas. A vontade de aprender era grande. Homens e mulheres faziam, diariamente, entre três e cinco quilômetros a pé, após o dia de trabalho, para irem às cores. A eletricidade ainda não havia chegado àquela localidade e “pilhas” eram utilizadas para iluminar o caminho. A maioria das aulas eram dadas à luz azulada de lâmpadas a querosene. Essas condições exigiam dos participantes um esforço muito grande para continuar. O mesmo grau de interesse constata-se nos oito núcleos de Sapé e nos quatro de Mari, cujas aulas só começaram a funcionar no início do mês de março de 1964. (PORTO; LAGE, 1994, p. 116)

As participações dos movimentos populares representavam a importância do processo pós-alfabetização. Havia um consenso de que as 40 horas do método Paulo Freire eram insuficientes frente ao desafio de conscientização para formar eleitores. “Acreditava-se, inclusive, que, com os “votos conscientes”, as estruturas da sociedade brasileira seriam transformadas e os reflexos positivos no sistema educacional

¹⁷ Apelido de Pedro Inácio de Araújo, um dos líderes das Ligas Camponesas em Sapé e responsável pelo trabalho de base camponesa na região. Pedro Fazendeiro desapareceu em setembro de 1964, após ter sido preso por agentes do Estado Militar, onde foi torturado e morto.

compensariam a precariedade da alfabetização (Scocuglia, 2018, p. 80). Mostra-se imprescindível a organização frente ao processo.

A expansão teve também sua contrapartida, uma vez que, a difamação advinda dos grupos reacionários foram crescendo. Esse cenário de disputa política, durante o segundo semestre de 1963, acabou extrapolando as fronteiras pessoenses¹⁸ e das cidades ao redor. A CEPLAR em Campina Grande desenvolveu seu próprio trabalho com seu próprio grupo.

3.4. CEPLAR em Campina Grande

A Campanha de Educação Popular da Paraíba chega em Campina Grande em meados de fevereiro de 1963. O principal diferencial foi a falta de coesão com o corpo dirigente estadual (predominante na capital) e a estrutura vinda da prefeitura municipal de Campina Grande. Apesar de usarem o mesmo método freireano e o nome, existia uma disputa entre a CEPLAR CG x CEPLAR JP.

A equipe central de Campina Grande era composta por dois bancários, um comerciante, uma contadora, uma advogada e uma professora (diretora de um dos principais colégios particulares da cidade). Com exceção de Josué Rodrigues - funcionário do Banco do Brasil, membro importante do PCB local e seu principal dirigente -, a CEPLAR-CG foi liderada por integrantes da chamada Igreja Católica “progressista”, da Ação Popular (AP, oriunda da ala “esquerda” da JUC). Também, em Campina Grande, membros da AP e do PCB monopolizaram as decisões político- pedagógicas da Campanha e fizeram da disputa interna pelo controle da entidade uma de suas ações cotidianas. Não permitir que o PCB viesse a ditar as regras de sua conduta, por exemplo, foi uma das preocupações maiores dos católicos da CEPLAR-CG, a exemplo do que ocorreu em João Pessoa. Apesar dessa disputa interna, o presidente (Josué Rodrigues) e os demais membros da direção (da AP) convergiram em suas ações práticas, em nome da “revolução brasileira”, supostamente em curso. (SCOCUGLIA, 2018, p. 98)

O prefeito em exercício, Newton Rique, foi aliado dos membros da CEPLAR. Durante sua campanha, prometeu que apoiaria a entidade e assim fez ao ser eleito em 1963. Enfatize-se que, apesar do trabalho em separado, ambas tinham relação financeira com os governos estadual e federal, além de terem como protagonistas lideranças católicas progressistas (da JUC e, depois, da AP), além de militantes e simpatizantes do PCB. É preciso lembrar que Rique enviou militantes para realizar o curso de Paulo Freire para promoverem a formação na cidade. Scocuglia, ao trabalhar com história oral, entrevista Salete Van der Pool - militante do PCB e alfabetizadora da CEPLAR - que relata o cenário da entidade em Campina Grande, abordando que os trabalhos se iniciaram no bairro Casa da Pedra¹⁸, onde não teve um resultado animador: apenas um dos três círculos formados foi até o final das 40 horas. Abaixo, temos o cronograma de formação de coordenadores de círculo da CEPLAR-CG:

¹⁸ Relativo a cidade de João Pessoa (PB).

Imagem 3 - Cartilha do Curso CEPLAR – CG (1963)

Nota do Organizador: redigitado atualizando-se a grafia das palavras.

CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR

CURSO DE PREPARAÇÃO DE PESSOAL PARA CAMPINA GRANDE

De 24 a 28 de abril, 1963.

PROGRAMA:

dia 24

19:30 hs.

1. Introdução: justificativas
 - objetivos
 - técnicas a serem usadas
 - horários de trabalho
2. Questionário sobre realidade brasileira
3. Exposição: Retrospectivo histórico da realidade brasileira
 - a) formação capitalista
 - b) não participação do povo
 - c) a realidade brasileira atual
4. Distribuição de textos

dia 25

8 às 11:30 hs.

1. Grupos de estudo: Realidade brasileira
 - a) fome
 - b) desemprego
 - c) analfabetismo
 - d) prostituição
 - e) mortalidade
 - f) alienação

Estudo e análise dos textos, causas.

Distribuição de bibliografia.

Soluções (relatórios).

19:30 hs.

1. Apresentação dos relatórios: Debate e conclusões

2. Contradições da realidade brasileira

- a) latifúndio
- b) imperialismo

Consequências.

Soluções falsas e verdadeiras.

Reflexo na cultura e na educação do povo.

dia 26

8 às 11 hs.

Exposição e debate

Sociedade em trânsito – educação crítica

19:30 hs.

1. Introdução: documentário Aruanda
comentário

2. Cultura Popular

- a) conceito
- b) características
- c) formação

Exposição e debate

3. Aula de cultura (1º da alfabetização)

dia 27

8 às 9:30 hs.

Estudo e análise dos textos, causas.
Distribuição de bibliografia.
Soluções (relatórios).

19:30 hs.

1. Apresentação dos relatórios: Debate e conclusões

2. Contradições da realidade brasileira

- a) latifúndio
- b) imperialismo

Consequências.

Soluções falsas e verdadeiras.

Reflexo na cultura e na educação do povo.

dia 26

8 às 11 hs.

Exposição e debate

Sociedade em trânsito – educação crítica

19:30 hs.

1. Introdução: documentário Aruanda
comentário

2. Cultura Popular

- a) conceito
- b) características
- c) formação

Exposição e debate

3. Aula de cultura (1ª da alfabetização)

dia 27

8 às 9:30 hs.

- a) planejamento do trabalho
- b) divisão de equipes
- c) tarefas
- d) preparo de material
- e) preparo de pessoal

Fonte: Centro de Referência e Memória da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos
(Disponível em: <http://cremeja.org/a7/acervo-digital/fundo-osmar-favaro/educacao-popular-i/ceplar/curso-de-preparacao-pessoal-de-campina-grande/>)

Acima, podemos observar o cronograma destinado à formação de coordenadores de círculos da CEPLAR – CG. Como podemos observar, compreende-se de quatro dias de formação voltada para a teoria e planejamento prático. No dia 24 (1963) inicia-se com os objetivos e retrospectivo da formação da realidade brasileira. Já no dia 25, é separado em grupos de trabalhos sobre alguns eixos (fome, desemprego, analfabetismo, prostituição, mortalidade e alienação), para, após isso, ter um espaço de debates para reflexão do impacto desses eixos na sociedade capitalista e como impacta o povo. No dia 26 (1963) é apresentando a educação crítica e a cultura popular. No dia 27 (1963) tem a atuação prática dos educadores e a reflexão sobre como o método está sendo aplicado e por fim, o dia 28 (1963) é preenchido por planejamento e a execução.

3.5. Política cultural da CEPLAR

A proposta de unir a cultura popular com a educação elucidada o aspecto de trabalhar a transformação do mundo é também transformar o aporte cultural dos indivíduos. Gramsci trabalha a ideia de que hegemonia capitalista reproduz resquícios da classe dominante instrumentalizando a cultura e discorre acerca de uma cultura

construída pela classe dominada que atua através de uma ação política. É nessa perspectiva que percorre os movimentos de cultura popular nos anos 1960 e que constrói uma tática política de agitação e propaganda através do teatro, paródias, poesias etc. “[...] transformam a natureza e se transformam a si mesmos, construindo um mundo qualitativamente novo de significações, valores e obras humanas e realizando-se como homem/mulher neste mundo humano. (FÁVERO, 1983, p. 16).

Ao tomar a cultura como ponto de partida de um processo histórico, o método freireano revela a possibilidade de a cultura popular ser reflexiva, quando adere enquanto livre, autônoma e aberta à cultura nacional. Nesse momento que consegue uma maior identificação com as classes populares o que permite entrar na realidade concreta e formar os educandos como agentes ativos da cultura popular. Para tanto, a cultura é utilizada como instrumento educacional de politização, ao anunciar através dos seus métodos o mundo em que vivemos.

Elas colocam a cultura e a política no centro do próprio acontecer da educação. É nesta direção que insistimos em lembrar que para Paulo Freire e seus companheiros a educação é pensada como um campo da cultura e a cultura como algo cuja dimensão de realização tem a ver com a gestão de formas de poder simbólico, que tanto podem reiterar e reproduzir uma conjuntura social de desigualdade e de opressão, quanto podem configurar a dimensão simbólica de teor político da construção de uma nova ordem social de libertação. Não se trata de criar contextos de soluções pessoais para conflitos sociais, mas da busca solidária de soluções sociais para problemas pessoais. Este seria o momento de uma inversão de uma educação para o povo, em direção a uma educação que o povo cria ao transitar de sujeito econômico a sujeito político e ao se reapropriar de um modelo de educação para fazê-la ser a educação do seu projeto histórico. (BRANDÃO, 2014, p. 99)

As atividades da cultura popular sempre buscaram uma forma de trazer a propaganda política através da agitação e propaganda. No início de 1963, a CEPLAR ampliou essa nova metodologia com a chegada do radialista profissional e teatrólogo chamado Paulo Pontes, integrando o Departamento de Arte e Divulgação. Desde sua chegada, já assumiu espaços importantes dentro da entidade. Para Porto e Lage (1995, p. 93):

Paulo Pontes, que tinha trabalhado na Rádio Tabajara, conseguiu um espaço para a CEPLAR. Produziu dois programas diários: um jornal da manhã, chamado "Na ordem do dia", que apresentava informações, notícias de caráter social, cultural e político, ligadas aos acontecimentos a nível estadual, regional e nacional; e um programa noturno, chamado "Disco na Balança", de caráter puramente cultural.

Em relação ao teatro, deve-se considerar que envolvia referências com o MCP/PE e com o CPC da UNE. Uma das peças criadas por Paulo Pontes se intitula “Um Operário, Um Estudantes e Um Camponês”¹⁹. Outra obra foi a chamada “os condenados”, que foi escrita especialmente para a CEPLAR e a luta dos camponeses. Alguns projetos do final de 1963 e início de 1964 se concretizaram com a “Praça de Cultura Volante” que contava com música, teatro, cordel e cinema, rodeando os bairros das cidades paraibanas.

¹⁹ Essa peça tratava dos problemas do campo e as consequências do grande latifúndio, foi bastante aproveitada com a chegada da UNE Volante

3.6. CEPLAR e as Ligas Camponesas

A Paraíba do início da década de 1960, estava mergulhada em conflitos sociais protagonizados, principalmente pelos embates dos camponeses, que estavam organizados em torno das Ligas Camponesas, e os latifundiários. A primeira Liga Camponesa da Paraíba foi fundada em Sapé, com o objetivo de prestar assistência social e jurídica aos camponeses associados. De acordo com Benevides (1985), o Grupo Várzea representava os interesses dos latifundiários no estado. Utilizavam o discurso da paz agrária (englobando os partidos como PSD e UDN) para manter a ordem a partir dos seus interesses. Porém, não existia nada pacífico e utilizavam de aparatos repressivos do Estado para subornar os camponeses.

O contato da Liga Camponesa com a CEPLAR se deu a partir de Pedro Fazendeiro, segundo secretário da Liga de Sapé. Foi convocada pessoas interessadas pela alfabetização de adultos e a partir de reuniões foram debatidos assuntos como a estrutura das aulas (locais de encontro, estrutura física, disponibilidade dos educandos etc.). Os dirigentes da Liga Camponesa se mostraram preocupados com a alfabetização dos camponeses por compreender como ferramenta necessária para o processo revolucionário. Como afirma Assis Lemos (1996, p. 116)

Nas reuniões das Ligas havia faixas com frases reivindicatórias ou de protesto, mas 95% dos camponeses presentes não sabiam o que nelas estava escrito. Se alguém colocasse uma faixa com dizeres ofensivos a ele, o camponês a carregaria, por não saber ler.

Ainda sobre o encontro da CEPLAR e Pedro Fazendeiro:

O primeiro contato se deu através das Ligas Camponesas por ocasião de uma ampla manifestação realizada na região, em vista da criação de sindicatos rurais, que contou com a participação maciça de camponeses. A imprensa paraibana estava presente e, no local do encontro, chamado —Café do Ventoll, alguns jornalistas fotografaram cenas do diálogo de grupos, tendo algumas delas sido utilizadas, mais tarde, como tentativas para provar acusações feitas a membros do Departamento de Educação Fundamental. Essa manifestação foi usada como meio para o lançamento dos cursos de alfabetização naquela região. (PORTO; LAGE, 1995, p. 119)

O local escolhido para as aulas foi a região de Miriri, que fica entre Sapé e Mamanguape. A execução do programa de alfabetização começou, antes de tudo, pela construção de pavilhões e casas de palhas com cadeiras de madeiras que foram construídas pela população local. O material pedagógico foi adquirido pelas aulas realizadas em Rio Tinto, onde foi possível abordar a vida social e econômica dos camponeses. Para Porto e Lage (1995), entre janeiro e março de 1964, oito núcleos de alfabetização foram instalados e as aulas eram sempre cheias. Não tinha eletricidade na região, então as aulas eram dadas à luz azulada de lâmpada a querosene. Pelo sucesso que teve com os adultos, estava sendo trabalhado para março de 1964, a instalação da alfabetização para as crianças.

Ainda em 1964, o prefeito de Sousa, Antônio Mariz, estava planejando a atuação da CEPLAR para o mês seguinte. Nesse período, a oposição (que reunia a imprensa, Igreja Católica, grupos conservadores, latifundiários etc.) começa a acusar a CEPLAR e todos seus integrantes de “subversivos”. No dia 31 de março, as aulas foram suspensas enquanto dirigentes da entidade foram presos. Em Campina

Grande, as salas que funcionavam na prefeitura foram invadidas e todo material confiscado.

Por todo Brasil, o golpe estava se desenhando e aqui na Paraíba, as forças conservadoras começaram a se organizar. As contradições de classe dentro da sociedade civil tomam força com a burguesia utilizando do discurso anticomunista que passa a adotar seu berço no militarismo e encontra a repressão do Estado como ferramenta de suprir os movimentos sociais. Dentro da mídia, da Igreja, dos partidos políticos etc., esse discurso se propaga e assim, se inicia a face autoritária do Estado militar.

4. “A CEPLAR É DE MOSCOU” E É VISTA COMO INIMIGA: AUTORITARISMO CONTRA A EDUCAÇÃO

4.1. Discurso anticomunista nos jornais contra a CEPLAR

Enquanto a CEPLAR foi expandindo e se modificando, sua oposição começou a se mobilizar. Com o seu crescimento ligado aos movimentos populares, tanto com os estudantes como os camponeses, a entidade ocupa um espaço de referência no processo de conscientização e transformação da realidade. Essa ligação não é bem vista pelos grupos conservadores que reúnem os latifundiários (nesse contexto, o grupo LILA²⁰), a ala conservadora da Igreja e os partidos políticos tradicionalistas.

Dentro do contexto nacional, a ascensão dos movimentos populares estava posta em risco. O grupo político de João Goulart estava cada vez mais isolado e os militares se preparando para interromper o projeto democrático. Para conseguir apoio da sociedade civil, esses grupos conservadores utilizaram-se do discurso do anticomunismo. Esse instrumento constitui em cultura política que representa simbologias a fim de uma prática política, conceito que o historiador Rodrigo Patto Sá Motta afirma que o,

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2009, p. 21)

Nessa questão, o perigo seria de combater possíveis reformas de base que poderiam comprometer a terra e a educação, por exemplo. O comunismo era visto como um problema mundial, mesmo que fossem verificados problemas dentro do âmbito estadual e para isso, precisaria ser eliminada qualquer relação com a URSS. Se encontra dentro de uma binariedade que se utiliza de um ideário cristão entre o “bem x mal”, “Deus x diabo”, “certo x errado”. Com a utilização da mídia, o discurso anticomunista foi ganhando força, inclusive seu combate entrou em disputas internas nas igrejas. Como podemos ver abaixo, onde o padre Me. Batista de Medeiros, alerta ao eleitor católico sobre os perigos dos candidatos comunistas:

Pode um católico votar em candidatos apoiados por comunistas? Para que não pense que estou agindo sob influxo de paixão partidária, transcrevo para aqui e na íntegra, um documento pontifício emanado há quatro anos, da sagrada Congregação do Santo Ofício: “Foi consultada esta suprema Congregação se é lícito aos católicos, na escolhados representantes do povo

²⁰ Os proprietários rurais começaram a se organizar na Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), que ficou conhecida como LILA (Liga dos Proprietários).

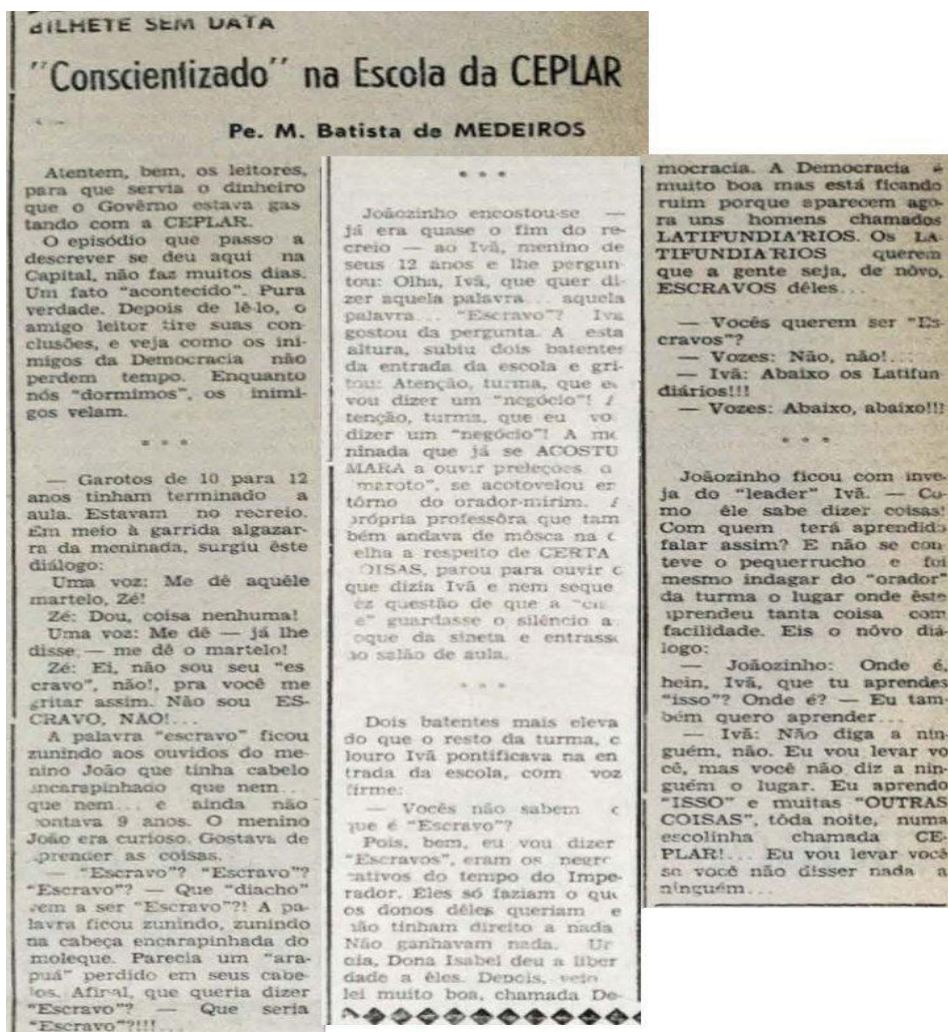
dar seu voto àqueles partidos ou candidatos que, embora não professam princípios opostos à doutrina católica (grifo meu) e até mesmo se digam cristãos, todavia, de fato, SE UNEM AOS COMUNISTAS e, pelo seu modo de agir, os favorecem (re tamen communistis sociantur et sua agendi ratione iisdem favent) (MEDEIROS, A Imprensa, 18 de agosto de 1963, p. 1 apud Sobreira, 2014)

A ala progressista, tal como a JUC, sofreu perseguição e era vista como "baderneiros" das igrejas. Os estudantes comunistas foram perseguidos e acusados de serem ligados aos agentes propagadores do caos social. Em João Pessoa, seus muros foram pichados com frases como "A CEPLAR é de Moscou". Além disso, os jornais falavam da educação popular cubana, diziam que Cuba era um país "maravilhoso", quando governado por Fulgêncio Batista, e que após a revolução cubana só se encontrava desastre, caos social e fome

'Por lá [Cuba] o movimento começou com as "educações populares". E este ensinamento das primeiras letras ia se fazendo – pouco a pouco – a difusão das sentenças comprometedoras do regime democrático. As frases todas arrumadas para o desencanto com as instituições livres, para que todos fossem chegando à compreensão de que o problema econômico do povo, pelo menos, só teria solução com o comunismo. E essa convicção tanto se espalhou que o povo caiu nas malhas da bolchevização, quase de olhos fechados. ” (A Imprensa, João Pessoa, 23 de junho de 1963 apud Sobreira, 2014).

A mídia é utilizada pela Igreja para disseminar o ideário anticomunista e para difamar a CEPLAR. Abaixo, temos o recorte do jornal A União com um diálogo entre duas crianças.

Imagem 4 - Coluna da União 03/04/1964



Fonte: Jornal a União 03/04/1964 (recortes encontrados na internet)

No trecho da reportagem, podemos verificar o depoimento do Pe. M. Batista de Medeiros onde alerta aos leitores para que “servia” o dinheiro do governo público e ainda chamam os educadores da CEPLAR como “inimigos da democracia”. A história narrada é de dois garotos conversando, onde um deles fala sobre o termo “escravo”, desde a história da antiguidade, passando pelo período imperial e afirmando como a democracia ajudou no processo de libertação dos escravos. Porém, alerta ao perigo dos latifundiários que desejam que o povo volte a ser escravos. Uma das crianças fica curiosa sobre o assunto e pergunta onde pode aprender mais, nesse momento, consegue a resposta de uma escola chamada CEPLAR.

4.2. O combate da CEPLAR na via institucional: entre leis e prisões

Entre o dia 31 de março e a primeira quinzena de abril, ocorreu a prisão de integrantes da CEPLAR. Entre elas, Iveline Lucena, Lígia Macedo, Dorinha de Oliveira e Ophélia Maria de Amorim. Além disso, os núcleos em todo o estado foram impedidos de funcionar e as sedes invadidas, o que gerou a desmobilização dos educandos.

Todo material foi apreendido para investigação sobre o crime de subversão e ligação com os movimentos sociais. Em Campina Grande, Ophélia Amorim foi presa não apenas pela sua atuação na CEPLAR, mas também por ser advogada das ligas camponesas.

Com a apreensão, os membros ligados a entidades foram intimados. A partir daí transcorreu o IPM (Nº 70/64) - Processo de Subversão Geral da Paraíba. Além disso, Pedro Gondim instituiu um processo (CCG, Nº 1469/64) que acarretou a demissão em massa da participação dos integrantes da CEPLAR no governo do estado. A investigação da IPM Nº 70/64 serviu como forma de apresentar simbologias que representavam a subversão por meio da entidade. De maior destaque, cabe atenção especial às “dezoito lições de conscientização” usadas em João Pessoa e “fichas-roteiro” para alfabetização em Campina Grande, já referenciadas. Em ambas as denúncias, cabe qualquer relação que fizesse referência a qualquer ato político. Scocuglia (2018, p. 140) traz um escrito de um comandante do Batalhão do Exército sediado em Campina Grande que leva o resultado das investigações da IPM:

Todas as fichas-roteiro que contêm palavras geradoras, apresentam caráter subversivo, dependendo da orientação dada pelo coordenador; aliás todos os indiciados e demais coordenadores confirmam tal assertiva, exceto o professor Josué Rodrigues de Souza. Conclui-se, pois, que o objetivo da CEPLAR era mais de politização subversiva que propriamente alfabetização; uma vez alcançado o objetivo principal, que era o de permitir ao aluno possibilidades de conseguir o título eleitoral, estava ele suficientemente “conscientizado” e politizado para ser um instrumento de execução dos desígnios subversivos previstos na trama política delineada pelo governo passado.

Nota-se que o objetivo era ligar a CEPLAR como um processo de subversão contra o direito democrático. Buscava-se qualquer relação com Cuba ou Moscou para provar sua dependência aos regimes socialistas e assim, concretizar sua extinção. Com o passar dos anos, os militares foram apresentando sua faceta de Estado Militar ao assumir os Três Poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo) que são pilares da democracia. Com isso, a CEPLAR foi sufocando ao mesmo tempo que estava apresentando seu êxito no processo educacional de conscientização das massas.

Os materiais que representavam a realidade do povo brasileiro foram considerados perigosos diante de um regime que praticava o autoritarismo. Por falta de provas, a auditoria militar a qual foi submetida esse inquérito foi arquivada. Abaixo, uma figura de uma cartilha que também foi vista como subversiva pelo inquérito.

Figura 3 - Gravura com o Auto de qualificação e interrogatório.

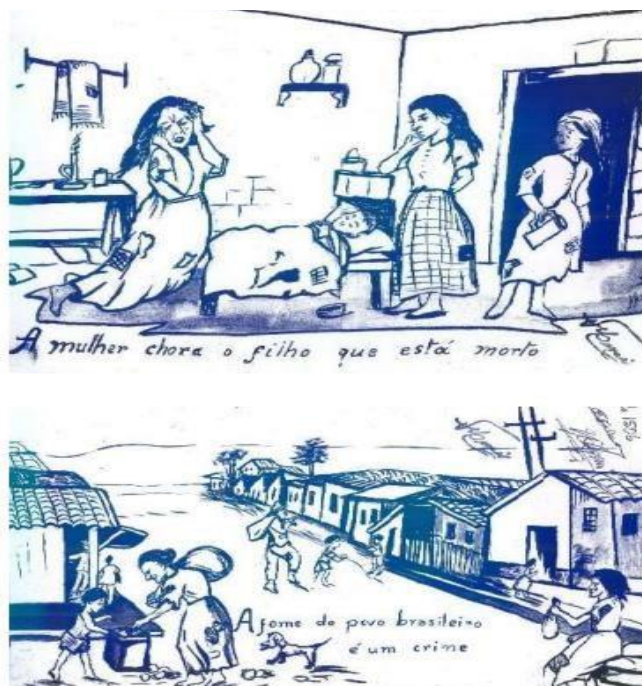


Figura 6 - Ilustrações de Cartilha da CEPLAR.
 Fonte: IPM CEPLAR - Auto de qualificação e interrogatório de Leopoldo Brasileiro de Lima Filho. Cópia digitalizada. Arquivo da CEVPM-PB.

Fonte: IPM CEPLAR. Cópia digitalizada. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba.

Para além das investigações da IPM, a oposição da CEPLAR também representava dentro do legislativo. Na Assembleia Legislativa do Estado, o deputado Joacil de Brito Pereira (UDN) conseguiu aprovar uma emenda de proposta para 1964 a qual retirava a verba de um milhão de cruzeiros que atribuía à CEPLAR, sob a acusação de que esta era comunista. A sessão foi marcada pela participação dos participantes da campanha que tinha o apoio parlamentar de deputados como Assis Lemos, Figueiredo Agra e Waldir Lima. Porto e Lage (1995) traz a ata desta 58ª sessão ordinária, correspondendo à emenda 114 ao projeto de lei Nº 310/63, que nos ajuda a ter uma ideia desse embate:

Assis Lemos, Nivaldo Brito, Waldir Lima, Inácio Feitosa e Aloysio Pereira. Os debates foram dos mais vibrantes, sendo necessário por duas vezes o sr. Presidente advertir as galerias de que não era permitido apupos nem aplausos aos srs. Deputados, a fim de que não fossem perturbados os trabalhos. As galerias passaram a uma atitude de obediência, não havendo mais incidentes e a sessão foi suspensa por cinco minutos, quando eram dos mais fortes os debates entre os srs. Aloysio Pereira e Waldir Lima. O sr. O Presidente comunica que antes de colocar em votação a matéria, leva ao conhecimento dos srs. Deputados que chegou em mesa um requerimento firmado pelo sr. Joacil Pereira solicitando a prorrogação dos trabalhos por mais sessenta minutos. A matéria é votada e aprovada sem discussão. O sr. Assis Lemos solicita verificação de "quorum". O sr. O Presidente determina ao sr. 1º secretário, que proceda à verificação. Feita a verificação, constata-se a presença de 23 dos srs. Deputados em plenário. Votada a emenda nº 114, é aprovada por maioria de votos. [...] Sala das Sessões, 7 de novembro de 1963." (Cópia do documento original apud Porto e Lage, 1994)

Por meio de um caloroso clima dentro da Assembleia Legislativa da Paraíba, a emenda 114 ao projeto de lei Nº 310/63 representa o fim do apoio do governo estadual para a CEPLAR. Esse episódio é uma das faces da perseguição política que a entidade veio sofrendo, o que levou a suspensão dos trabalhos, agora, por falta de recursos. Como forma de "substituir" o método de alfabetização, surge uma nova proposta baseado apenas no letramento, chamado de Cruzada ABC.

4.3. Cruzada ABC: a oposição a metodologia freireana

A prática político-pedagógica de oposição a CEPLAR, surge a expansão da Cruzada ABC (1964-1966-70). Com a instauração do golpe militar, os movimentos populares foram extintos e seus principais mentores foram indiciados sob o crime de subversão nos Inquéritos Policiais Militares (IPM), sob a responsabilidade do Exército. O Estado militar instaurado após- 1964 foi também apoiado pelas forças conservadoras e com o apoio explícito dos Estados Unidos e da United States for International Development (USAID)²¹.

Toda funcionalidade jurídica comportou uma convergência de atores que regiam ao autoritarismo, o que acarretou também no combate ao "comunismo" na prática pedagógica. Enquanto protagonista desse processo, ganha força uma nova forma de alfabetização que combate a "politização" do programa freireano, são os religiosos (protestantes) norte-americanos da Cruzada ABC que conseguiram conquistar apoio com os militares.

Esse novo modelo surge com as missões protestantes que se estabeleceram no Brasil após a II Guerra Mundial, todas com sede nos Estados Unidos. Em 1965, oficializou-se a Cruzada ABC como movimento de alfabetização a partir de um acordo entre a USAID, o Colégio Agnes Erskine (cidade de Recife-PE) e a SUDENE. Um dos objetivos desse programa é que o homem "marginalizado" pudesse ser alfabetizado e assim, ser contribuinte do desenvolvimento econômico e receber dos seus bens. Durante o governo de Miguel Arraes, que tinha uma postura anti-imperialista, buscou combater essa forma de ensino. Entre a assunção de Arraes e o golpe de abril de 1964, os projetos dos missionários protestantes norte-americanos de interferir na educação básica e especialmente na alfabetização dos adultos foram suspensos, assim como a Promoção Agnes. No entanto, ao contrário dos outros aqui estudados, foram retomados e, até mesmo, fortalecidos (Scocuglia, 2003).

A Cruzada ABC na Paraíba ganhou força com a atuação de Lídia Almeida, que buscava praticar o "método Laubach". Para ganhar força dentro da Assembleia Legislativa do Estado, adotou um discurso de combate a "comunização" de Paulo Freire, optando por uma alfabetização que não fale de política. Já em 1963, conseguiu apoio da SEC/PB e realizou um trabalho com as mulheres do bairro do Varjão (João Pessoa). Enquanto em João Pessoa, a mobilização se encontrava travada pelo governo Arraes, na Paraíba estava apresentando simpatia do governo Gondim, que cada vez se afastava da CEPLAR. Mas Lídia era relutante pela sua posição e abominava com veemência o método freireano:

Paulo Freire, não! Porque é uma politização muito barata! Aí, me lembrei de uma das suas (de Paulo Freire) aulas, onde se apresentava uma panela, aqui está o graveto que acende o fogo. Alguém pergunta: o que tem dentro dessa

²¹ Refere-se a "Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional", órgão responsável a atuação externa dos Estados Unidos em outros países. Esse órgão representa a desestabilização de governos que não são alinhados com a política dos EUA.

panela? Nada, pobre nunca tem nada na panela. E qual é a causa? Ia-se, então, aos problemas políticos brasileiros, que necessitavam grande mudança. Aí se apresentavam as vantagens do sistema de alfabetização de Cuba, que tinha erradicado o analfabetismo etc. Mesmo contra os Estados Unidos, que dominavam o Brasil e eram causadores desses problemas, Cuba tinha se libertado. Para mim isso era uma politização barata! Feita nas próprias aulas! (Scocuglia, 2018, depoimento de Lídia Almeida Menezes ao autor, p.154).

O material didático utilizado pela Cruzada ABC era composto por cartilhas, livros com textos, cadernos de exercícios, além dos professores que conduziam as aulas. Ao analisar a “Cartilha ABC”, nota-se o caráter cuidadoso, mantido pelo programa, com palavras (Imagem 3) como “Deus” e “família” para que a orientação dos princípios religiosos fosse bem atendida. Já o livro “Família, comunidade e trabalho”, recheado de estórias e parábolas, vemos o destaque para um conto bíblico (imagem 3). O manual traz, ainda, um programa orientando como os professores deveriam se comportar com os educandos. O método Laubach era relevante para o programa porque mostrava como se alfabetizar por meio da Bíblia. Era dessa maneira que a Cruzada ABC buscava alfabetizar através dos valores religiosos.

Imagem 6 - Cartilhas da Cruzada ABC

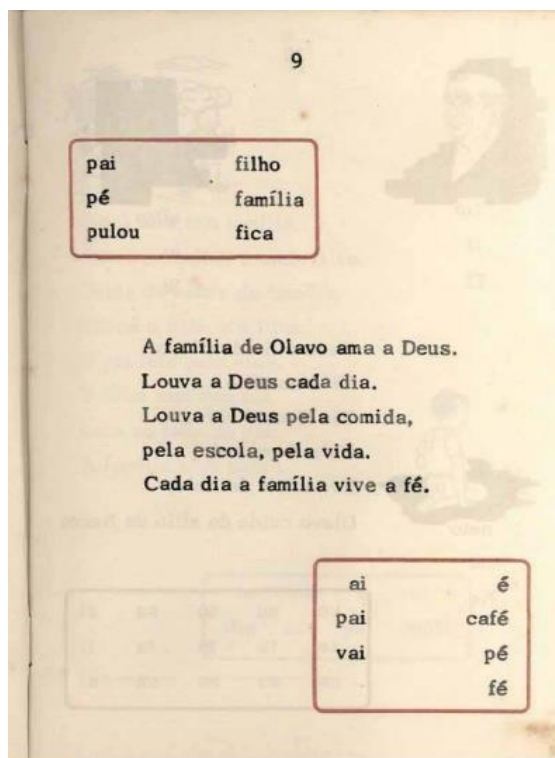
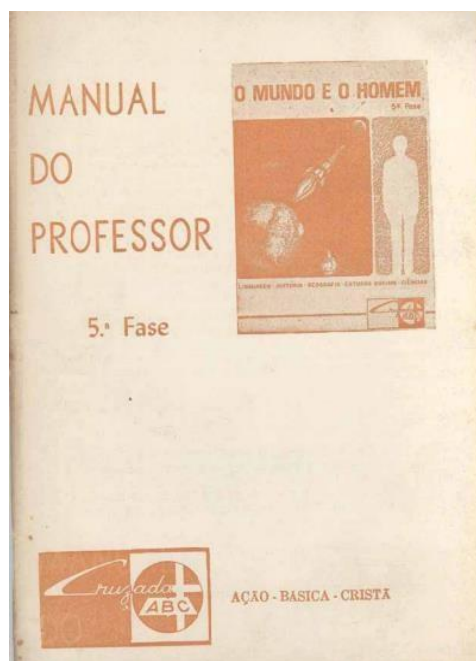


Imagem 5 - Cartilhas da Cruzada ABC



Imagem 7 - Cartilha de orientação para professores (as) da Cruzada ABC



Fonte: Centro de Referência e Memória da Educação de Jovens e Adultos (CREMEJA). Disponível em: <http://cremeja.org/a7/acervo-digital/fundo-osmar-favaro/educacao-de-jovens-e-adultos/cruzada-abc/didaticos/fase-1-cartilha/>

Apesar das cartilhas da Cruzada ABC se parecerem com o material que continha a metodologia freireana, o programa buscava não abordar temas como fome, exploração, latifúndio. Nesse sentido, adotou-se um caráter de convergência conservadora para buscar legitimidade junto ao governo militar. Com isso, utiliza-se de temas como “família”, “Deus”, “igreja”. A Cruzada ABC se enquadra como uma resposta se manutenção de um sistema de alfabetização que não se preocupava com o processo de conscientização e sim, de letramento da população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de discussão e análise das fontes utilizadas neste estudo foi possível se verificar como as táticas que a classe dominante utiliza para destituir movimentos de educação. Compreendemos que nos anos 1960 enquanto um período histórico propício para o avanço dos movimentos populares. Nesse recorte, ocorre a propagação das reformas de base (inclusive no campo educacional) com a ascensão do Governo Jango na presidência da República.

Se por um lado, os movimentos populares reivindicam a politização da classe trabalhadora por meio da alfabetização e, enquanto isso, a burguesia se mobiliza em oposição a educação popular. Por outro lado, no contexto da Paraíba, observamos a dinâmica do governo de Pedro Gondim, onde mudou a postura da sua política de acordo com a hegemonia política da conjuntura e essas movimentações também custaram para a CEPLAR.

De certo, os movimentos populares buscaram na CEPLAR uma forma de conscientizar a população paraibana. Dessa forma, adaptaram a metodologia teórica de Paulo Freire onde une a práxis política, ou seja, uma forma planejada que buscava alfabetizar e organizar o povo. A expansão da CEPLAR explica o momento histórico entre 1961 e o início de 1963, onde buscaram se unir com outros movimentos sociais (tais como as Ligas Camponesas) e avançar na metodologia de suas cartilhas. Enquanto a expansão explica o “sucesso” da CEPLAR, tivemos, também, a burguesia que passa a se armar, encontrando a saída por meio do anticomunismo, fenômeno que vinha a nível internacional dentro do contexto da Guerra Fria, onde existia a disputa ideológica de dois polos: capitalismo e o socialismo. Contudo, é singular pontuarmos que o discurso anticomunista era utilizado na política que se aproximava dos Estados Unidos (maior potência do capitalismo) e era instrumentalizada pela burguesia nacional como forma de destituir os movimentos de educação. Alfabetizar o povo passou a ser vista como um processo de subversão.

De fato, o povo passou a conhecer sua realidade social, as raízes históricas dos problemas sociais e a dinâmica da política era algo perigoso para aqueles que se contentavam com um modelo social que enriquece por meio da desigualdade e, mediante essa tomada de consciência, passou a ser comum se ver nos jornais, e até mesmo na Assembleia Legislativa do Estado, discursos que acusam a CEPLAR como um movimento perigoso de subversão. Por meio da institucionalidade, conseguiram cortar as verbas da entidade e por meio da Igreja e da mídia, buscaram desmoralizá-la. O fato é que, com o golpe civil militar de 1964 conseguiram implementar a subversão enquanto crime de Estado e, assim, prender todos aqueles que participavam de movimentos de educação. Não podemos negar que esse foi um mecanismo para se poder enterrar o legado vitorioso da CEPLAR, implementaram a ABC Cruzada, que tinha sua metodologia teórica voltada para o modelo estadunidense, mantendo os discursos do conservadorismo católico.

Porquanto, considerando a abordagem do tema, compreendemos no conceito de Estado Ampliado de Gramsci a dinâmica das contradições de classe em períodos históricos de crise hegemônica. Em um momento histórico que encontramos avanços educacionais de benefício a classe trabalhadora, a burguesia se mobiliza para interromper esse processo. Essa análise se une a proposta do materialismo histórico que tem um “poder profético” de compreender as relações de classe. Por consequente, compreendemos que a disputa cultural dentro da sociedade civil é imprescindível e entrelaçada com os avanços institucionais (sociedade política), esses dois âmbitos precisam andar de mãos dadas. O projeto popular e democrático precisa ser disputado de forma ofensiva no berço da sociedade.

Dessa forma, o presente trabalho nos serve de base para que reflitamos sobre os eventos do tempo presente e de como narrativas, distorcidas, e termos históricos são sequestrados de forma a desqualificar ações políticas voltadas para um viés sociais. Um exemplo ilustrativo pode ser observar no tocante aos avanços da classe trabalhadora nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010) e no primeiro governo de Dilma Rousseff (2010-2014), mesmo que a burguesia tenha se mobilizado já no segundo governo Dilma (2014-2016). Por meio de discursos anticomunistas e da desinformação, utilizando os meios virtuais para desferir ataques à institucionalidade, nos deparamos com o golpe institucional de 2016. Esse golpe não foi em uma data específica, pois participa de uma sequência de produtos históricos que acompanha também a ascensão do fascismo que deu consequência ao governo de Jair Bolsonaro (2018 - 2022). Os ataques aos movimentos sociais são

característicos das movimentações fascistas e a educação passa a ser vista como perigosa, quando é pensada para a população.

O presente trabalho buscou, ainda, compreender as ferramentas utilizadas pela classe dominante, dentro da sociedade civil, para destituir as organizações que pautam um projeto de sociedade construída pela classe trabalhadora. Consideramos que ainda existem muitos desafios e as contradições de classe ainda persiste na sociedade. Um dos nossos maiores desafios é que consigamos compreender a importância da Educação Popular, para uma democracia plena e participativa, e a dinâmica utilizada pela burguesia na contemporaneidade, para que nunca esqueçamos como nossos inimigos agem e para não perdermos nunca o horizonte do projeto popular para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB. 2. ed. São Paulo, SP: Alfa-Ômega, 1984.

AQUINO, Ítalo Ramon Coelho. Entre enxadas, foices, metralhadoras e fuzis: Estado ampliado e luta de classes no município de Mari 1964. Campina Grande, 2021.

BARCELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: Pinsky, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BENEVIDES, César. Camponeses em Marcha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BOMENY, Helena. O sentido político da educação de Jango. Disponível em: www.institutojoagoulart.org.br.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. Curitiba: Educar em Revista, n. 61, p. 89-106, jul/set, 2016.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. Estudos Históricos: historiografia. Rio de Janeiro: v. 9 n. 17, p. 161-165, 1996.

CINTRA, André; MARQUES, Raísa. UBES - uma rebeldia consequente: A história do movimento estudantil secundarista do Brasil. Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CITTADINO, Monique. Populismo e golpe de estado na Paraíba (1945-1964). João Pessoa: UFPB/Idéia, 1998.

FAÇANHA, Sabrina Carla Mateus. Alfabetização de jovens e adultos no estado da Paraíba: registros políticos-pedagógicos de experiências na década de 1960. João Pessoa, 2013.

FÁVERO, Osmar (org). *Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FREIRE. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A construção de uma nova cultura política*. In **FÓRUM DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS**. Poder local, participação popular e construção da cidadania. S/l, 1995.

_____, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 5e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980b.

FRIGOTTO, G. *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional*. In: Fazenda, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1991.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Vol. 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.

LENIN, V. I. *Estado e Revolução*. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

LESSA, S.; TONET, Ivo. *Introdução à Filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ENGELS, F.; MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Lafonte, 1. Ed, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã. Teses de Feuerbach*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1984

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917–1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011 OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, Vozes, 2007.

PALUDO, Conceição. Educação Popular como resistência e emancipação humana. In: Caderno Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015.

PARAÍBA. Comissão Estadual Da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. João Pessoa: A União Editora, 2017.

PINTO, A. V. Consciência e realidade nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. v.I.

PORTO, Maria das Dores Paiva de Lucena; LAGE, Iveline Lucena da Costa. CEPLAR HISTÓRIA DE UM SONHO COLETIVO: uma experiência de educação popular na Paraíba destruída pelo golpe de Estado de 1964. Conselho Estadual de Educação-SEC, 1995.

RÉMOND, René. Por uma história política. Tradução Dora Rocha. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, D. Sobre o óbvio. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOARES, Gilbergues Santos. Heróis de uma revolução anunciada ou aventureiros de um tempo perdido – A atuação das organizações de esquerda em Campina Grande (1968- 1972). Campina Grande: EDUEPB, 2015.

SOBREIRA, Dimitri. O anticomunismo no “A Imprensa”: A Igreja Católica e golpe civil-militar na Paraíba. In: DANTAS, Eder. NUNES, Paulo Giovanni Antonino. SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. Golpe Civil-Militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. P. 33-44.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013

SCOCUGLIA, Afonso Celso. A Educação Popular Nos Tempos da Ditadura. Campina Grande: EDUEPB, 2018.

SEMERARO, Giovanni. A primeira dos anos 60: a geração de Betinho. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

AGRADECIMENTO

A Deus, antes de tudo, por me aproximar da fé, da esperança e do amor. Agradeço a Ogum por ter ouvido minhas preces e abrir meus caminhos. Entrei na universidade com Exu, que me acompanhou e guiou. Por muitas vezes senti Oxum e Iansã do meu lado, me fazendo entrar na batalha e jamais perder a ternura. A minha fé é algo valioso para mim e sou muito grato por toda espiritualidade que está comigo.

A Mainha, que me apresentou a importância de ser professor no país em que vivemos. Agradeço a meu pai e a meu irmão, assim como toda minha família pelo suporte durante a graduação.

Ao Campo Popular e ao Levante Popular da Juventude. Entrei na militância no início do curso e, desde então, venho aprendendo cada vez mais o que é ser um sonhador e esperançoso por um país mais justo aos trabalhadores/as. Toda minha gratidão por tantos momentos e desafios que encontrei no caminho.

A minha célula, Elizabeth Teixeira, que desde 2019 me permitiu cruzar caminhos com pessoas incríveis. A todos que constroem o Levante Popular da Juventude da Paraíba, tenho orgulho de vocês que dividem a trincheira da luta comigo. Que possamos encaixar a coragem e a esperança como ordem do dia.

Ao Centro Acadêmico de História Eduardo Galeano, espaço que ajudei a reconstruir e que fiz parte durante a graduação. Foram tantos momentos que compartilhamos juntos, com tantos desafios colocados, que só tenho orgulho de ter construído essa entidade ao lado de pessoas dedicadas e valorosas. Gratidão!

Aos meus colegas do curso de História, para o pessoal da minha turma e os colegas que fiz no corredor. Em especial a Val (in memoriam), que grande parte do pessoal do curso teve o privilégio de conhecer, e que eu fiz um convite em particular para participar da minha defesa do TCC. Eu sei que você estará presente nos nossos corações.

Agradeço também a minha banca examinadora formada por pessoas que tenho muito carinho. A Patrícia Aragão, que desde o início me entregou sua confiança, me convidando para fazer parte do PIBIC, e me guiando no curso com muita doçura. Tenho certeza que Patrícia é um presente de Oxum em minha vida. A Ítalo Aquino, a quem tenho grande admiração pela trajetória de luta política e intelectual, obrigado por ensinar e apoiar tanto. A Gilbergues Santos, meu orientador, que escolhi com muito carinho pois reconheço o ideário político que carrega, muito obrigado pela orientação e pelas conversas que foram contribuintes para minha pesquisa.

Aos meus amigos e amigas fora do curso e da universidade, meu mais puro e sincero sentimento de gratidão. Sou grato por ser rodeado por pessoas incríveis que me inspiram, me apoiam, me fazem rir e estão do meu lado em momentos difíceis e alegres. A vida só é boa apenas se for compartilhada. Para quem está lendo essa pesquisa, minha gratidão também pela confiança.